

Idosa morre por maus-tratos em Sofala

Uma idosa, acusada de feiticeira, morreu vítima de sevícias protagonizadas pela própria família, nas vésperas da celebração do Dia Internacional do Idoso, no distrito de Marromeu, província de Sofala. O seu marido, também violentado, sobreviveu por um golpe de sorte, com ferimentos ligeiros.

Texto: Redacção

Segundo o Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Marromeu, a malograda e o seu marido foram submetidos a uma sessão agressões físicas e psicológicas, no último domingo (30), na sequência da morte de uma criança na sua família.

A situação gerou descontentamento e alguma desinteligência, porque os parentes das vítimas achavam que estas eram os responsáveis pela morte da referida criança, após cair doente.

O @Verdade apurou de outras fontes que o casal era rejeitado pela própria família, devido à acusação de feiticeira.

Domingos Canivete, sobrevivente, disse que a sua mulher praticamente morreu nas mãos dos agressores. "Éramos maltratados todos os dias porque diziam que somos feiticeiros e matávamos criança da família e outros membros".

Em Moçambique as pessoas da terceira idade são vítima de estigmatização e exclusão social generalizadas.

Em 2013, a Assembleia da República (AR) aprovou uma lei de promoção e protecção dos direitos dos idosos.

Apesar de a norma em causa responsabilizar e criminalizar as pessoas que submetam os idosos a situações que consubstanciem violação dos seus direitos, pouca coisa mudou no dia-a-dia desta camada social.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Nyusi lança campanha para reeleição usando Mais Valias do negócio da ENI e Exxon Mobil



Filipe Jacinto Nyusi lançou nesta segunda-feira (01), na sua terra natal, a campanha para a sua reeleição como Presidente de Moçambique fazendo uso das receitas fiscais de Mais Valias cobradas em 2017, pelo negócio das empresas ENI e Exxon Mobil. Fica mais uma vez adiada a constituição de um fundo soberano onde poderiam ser poupadas parte das receitas da indústria extrativa para as gerações vindouras.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência República [continua Pag. 02](#)

Autárquicas 2018: Há partidos extraparlamentares sem fiscais para votação no dia 10 de Outubro

O Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) não vai poder fiscalizar a votação nas eleições do dia 10 de Outubro, na autarquia de Maputo, por falta de delegados de candidatura. O Partido Humanitário de Moçambique (PAHUMO) queixa-se, por sua vez, de estar a enfrentar dificuldades para credenciar os seus fiscais, na cidade da Maxixe, província de Inhambane, devido à exigência de documentos que não estão previstos na lei eleitoral.

Texto: Emildo Sambo

Os delegados de candidatura são os olheiros das formações políticas em actos relacionados com a votação. Por direito, outorgado pelo número 1 do artigo 68 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto, posicionam-se nas mesas da assembleia de voto e ocupam um lugar "mais adequado" por forma que a sua fiscalização seja garantida.

A mandatária do PASOMO, Esmeralda Mondlane disse ao @Verdade que a facção a pertence não constituiu os delegados de candidatura porque o prazo [20 de Setembro passado] para o efeito expirou antes de tomar conhecimento para tal.

"Quando tivemos a informação de que devíamos indicar os delegados de candidatura, o processo já estava encerrado. Soubemos tarde e os órgãos eleitorais não diziam nada em

ARTIGO 68
(Direitos e deveres do delegado de candidatura)

1. O delegado de candidatura goza dos seguintes direitos:

- a) estar presente no local onde funciona a mesa da assembleia de voto e ocupar o lugar mais adequado, por forma a que possa fiscalizar todos os actos relacionados com a votação e o escrutínio;
- b) verificar, antes do início de votação, as urnas e as cabines de votação;
- c) solicitar explicações à mesa da assembleia de voto e obter informações sobre os actos do processo de votação e do escrutínio e apresentar reclamações perante a mesa da assembleia de voto, no decurso destes actos eleitorais;
- d) ser ouvido em todas as questões que se levantem durante o funcionamento da assembleia de voto, quer durante a votação ou durante o escrutínio;
- e) fazer observações sobre as actas e os editais, quando considere conveniente, e assiná-los, devendo, em caso de não assinatura, fazer constar as respectivas razões;
- f) rubricar todos os documentos respeitantes às operações eleitorais;
- g) consultar a todo o momento os cadernos de recenseamento eleitoral;
- h) receber cópias da acta e do edital originais, devidamente assinadas e carimbadas;
- i) receber impresso para apresentação de reclamações a submeter imediatamente à decisão da mesa da assembleia de voto;
- j) ser formal e atempadamente avisado da hora de partida dos materiais eleitorais para os efeitos do número 2 do artigo 110 da presente Lei.

relação ao começo e fim do processo", disse Esmeralda.

Assim, o PASOMO queixar-se-á de si mesmo. O número 1 do ar-

tigo 67 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto, estabelece que os partidos políticos, coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos proponentes designam os seus delegados de candidatura, "um efectivo e um suplente, para cada mesa da assembleia de voto, até ao vigésimo dia anterior ao sufrágio".

O número 2 do artigo 67 da Lei acima referida determina igualmente que a credenciação é feita pelas comissões provinciais de eleições, distritais ou de cidade até 3 dias antes da votação.

Por sua vez, Arlete Xerinda, mandatária do Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PDM), não só mostrou-se alheio ao processo a que nos referimos, como também revelou total desconhecimento da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto.

[continua Pag. 02](#)



Diga-nos quem é o
XICONHOÇA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Nyusi lança campanha para reeleição usando Mais Valias do negócio da ENI e Exxon Mobil

Após ter sido incapaz de expandir a rede de distribuição de água nas cidades, vilas e zonas rurais durante os seus 4 anos de governação e ainda ter enganado o mundo com o discurso que efectuou no passado dia 26 durante a 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas o Presidente moçambicano lançou um programa que se propõe a construir infra-estruturas de abastecimento de água potável antes de terminar o seu mandato e tentar cumprir algumas das promessas inscritas no seu Programa Quinquenal 2015 - 2019.

“O PRAVIDA (acrónimo de Programa Água para Vida) será uma mais valia para a rápida materialização do sonho do nosso Governo, de disponibilizar água em quantidade e qualidade para responder aos desafios de desenvolvimento sócio-económico e sustentável de Moçambique” afirmou o Chefe de Estado pouco depois de colocar a primeira pedra do programa no distrito de Mueda, na província de Cabo Delgado.

Filipe Nyusi disse que os 3,1 biliões de meticais que serão investidos na construção de 40 represas, 62 sistemas de abastecimento de água, 80 fontes dispersas de água e 10 mil novas ligações domiciliárias são provenientes do Orçamento do Estado quando na verdade está a usar parte das receitas fiscais de Mais Valias arrecadadas em 2017 com o negócio da venda de

25 por cento da participação da ENI na concessão da Área 4 de exploração do gás natural, na Bacia do Rovuma, à Exxon Mobil.

Aliás o Executivo está a antecipar o uso desse dinheiro pois o mesmo está inscrito na proposta de Orçamento do Estado para 2019 que esta semana foi submetido ao crivo da Assembleia da República e só deverá ser apreciado na sessão que inicia na segunda quinzena deste mês.

“A lei do Orçamento diz que receitas extraordinárias só podem ser utilizadas para investimento, para emergência e para o pagamento de dívida. Olhando para o grau de implementação do Programa Quinquenal do Governo quais são as áreas que precisam de acelerarmos um pouco, chegamos a conclusão que é Água e Saneamento, estamos a ver na Educação e depois também a Saúde” esclareceu ao @Verdade o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, precisando que o remanescente das Mais Valias, no total foram arrecadados 20,8 biliões de meticais, “estão guardadinhas no Banco de Moçambique”.

Mais Valias para Orçamento eleitoralista

Recorde-se que o @Verdade revelou em Setembro que o Executivo de Nyusi tem falhado as suas pouco ambiciosas metas de aumento da

Quadro 7. Previsão de Recursos Internos para 2019

	2017	2018	2019	2017	2018	2019
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>		
Total de Recurso Interno	213,222.7	222,859.7	249,502.0	26.5%	22.5%	24.4%
Receitas do Estado	213,222.7	222,859.7	244,227.9	26.5%	22.5%	23.9%
Receitas Correntes	197,407.4	218,421.9	236,322.7	24.5%	22.0%	23.1%
Receitas Fiscais	170,085.1	186,796.8	206,355.9	21.1%	18.8%	20.2%
Impostos sobre rendimentos	96,892.4	81,309.0	102,100.9	12.0%	8.2%	10.0%
IRPS	29,668.2	35,376.9	35,881.1	3.7%	3.6%	3.5%
IRPC	66,928.8	44,312.4	65,525.8	8.3%	4.5%	6.4%
Mais-valias	20,859.6	-	-	2.6%	0.0%	0.0%
Imposto especial sobre o Jogo	295.4	1,619.7	694.0	0.0%	0.2%	0.1%
Receitas sobre Bens e Serviços	65,851.8	96,389.2	95,942.2	8.2%	9.7%	9.4%
Imposto sobre Valor Acrescentado	45,485.5	58,746.4	63,185.5	5.7%	5.9%	6.2%
ICE-Produtos Nacionais	5,244.9	9,752.1	7,697.7	0.7%	1.0%	0.8%
ICE-Produtos Importados	3,089.6	9,908.4	7,440.1	0.4%	1.0%	0.7%
Imposto sobre Comércio Externo	12,031.8	17,982.4	17,618.9	1.5%	1.8%	1.7%
Outros Impostos Fiscais	7,340.9	9,098.5	8,312.7	0.9%	0.9%	0.8%
Receitas não Fiscais (incl. próprias)	10,909.1	17,350.9	12,504.5	1.4%	1.7%	1.2%
Receitas Consignadas	16,413.2	14,274.2	17,462.3	2.0%	1.4%	1.7%
Receitas de Capital	15,815.3	4,437.7	7,905.3	2.0%	0.4%	0.8%
Saldo Transitado de Mais-valias	-	-	5,274.0	-	-	0.5%

cobertura de Água potável e Saneamento do meio.

No seu Programa Quinquenal Filipe Nyusi propôs-se a aumentar de 52 para 75 por cento a população vivendo nas zonas rurais, com fonte de água segura, alargar de 85 para 90 por cento os moçambicanos vivendo nas zonas urbanas com fonte de água segura e ainda crescer os serviços de saneamento nas zonas rurais de 15 para 50 por cento, sem no entanto incluir nas suas previsões o aumento populacional.

Importa ainda notar que durante os 4 anos da governação de Nyusi a água potável para os moçambicanos que

vivem nas cidades, particularmente em Maputo e Matola, aumentou em mais de 200 por cento.

O @Verdade apurou ainda que os restante saldo transitado das Mais Valias que serão usadas no Orçamento de Estado de 2019, claramente eleitoralista, vão financiar projectos de manutenção de emergência da Estrada N1 e a construção de infra-estruturas do sector da Saúde.

Pouco mais de 1,6 bilião de meticais serão investidos na reabilitação da única estrada que conecta Moçambique de Norte a Sul, a estrada Nacional nº1, concretamente dos troços Inchope - Caia,

Chimuarra - Nicoadala, rio Lúrio - Metoro e ponte do rio Lúrio e ainda o dramático Pambarra - rio Save - Muari.

Nyusi que se propôs a edificar 16 hospitais distritais e 2 hospitais gerais, mas durante este mandato e apenas conseguiu edificar um hospital rural e 42 centros de saúde, alocou os restantes 435 milhões de meticais de parte das Mais Valias para a conclusão da construção de sete hospitais distritais (em Cuamba, Montepuez, Mocimboa da Praia, Macomia, Machaze, Jamgamo e Macia), e ainda para a continuidade da construção do Hospital Geral de Nampula e do Hospital Provincial de Inhambane.

→ continuação Pag. 01 - Autárquicas 2018: Há partidos extraparlamentares sem fiscais para votação no dia 10 de Outubro

Ela perguntou-nos, pro exemplo, o que era necessário para sugerir delegados de candidatura aos órgãos eleitorais e onde é que a documentação devia ser submetida.

O PDM concorre em três autarquias: Maputo, Matola e Cuamba. Não poderá fiscalizar a votação porque até terça-feira (02) não havia indicado os seus oelheiros.

Órgãos eleitorais inventam burocracia na Maxixe

Na cidade da Maxixe, a Comissão Distrital de Eleições é acusada de dificultar a credenciação do PAHUMO.

A mandatária deste partido, Joana Eusébio, reportou ao @Verdade o seguinte: “na Maxixe não estão a aceitar credenciar os nossos delegados (...)”.

Entre outra documentação, “a Comissão Distrital de Eleições na Maxixe pede-nos a lista de sorteio do partido a nível do distrito e do apuramento final dos resultados pela CNE”, afirmou Joana, cujo partido concorre pelos municípios da Maxixe,

de Nampula e de Pemba.

Comissão Provincial de Eleições de Maputo acusada de desorganização

A Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM), que concorre apenas pela autarquia de Maputo, enviou a sua lista de delegados de candidatura, para o dia 10 de Outubro, no último dia do processo, depois de muitas idas e voltas impostas pela Comissão Provincial de Eleições. “Ninguém sabia nos dizer quem devia receber a documentação (...). Houve desorganização”

Segundo o mandatário daquele partido, Zefanias Matsinhe, o órgão eleitoral ainda não se pronunciou se os documentos estão ou não aprovados.

“Submetemos o expediente no último dia do processo e para tal foi necessário insistirmos. Para além de ter havido falta de informação por parte dos gestores do processo, ninguém sabia nos dar uma informação concreta e ficámos às voltas com os processos em mão (...)”, disse Zefanias.

Renamo e Frelimo sem problemas

A nossa Reportagem, José de Sousa, mandatário do MDM, disse: “Já indicámos os delegados de candidatura e solicitámos a credenciação mas ainda não foi feita”.

O mandatário da Renamo, André Magibire, garantiu-nos que o seu partido já indicou os fiscais para o dia da votação, 10 de Outubro, nos 53 municípios.

Segundo ele, a credenciação dos mesmos está em curso e pode acontecer “até 3 dias antes da votação, conforme prevê a lei”.

Por sua vez, Verónica Macamo, mandatária da Frelimo, esclareceu: os fiscais que estarão nas mesas de assembleia de voto já foram constituídos e a respectiva “lista entregue aos órgãos eleitorais dentro dos prazos”.

Relativamente à credenciação, “a lei dispõe que deve ter lugar até 3 dias antes das eleições e os nossos delegados ainda não receberam as credenciais, mas vamos agir nos sentido de os órgãos nos facultarem tempestivamente”.

Mundo

ONU: 191 mil pessoas precisam de ajuda urgente após sismo e tsunami na Indonésia

As Nações Unidas calculam que 191 mil pessoas na Indonésia necessitam de ajuda humanitária urgente após o sismo e o tsunami de sexta-feira na ilha de Celebes.

Texto: Público de Portugal

A estimativa foi avançada pelo Gabinete para a Coordenação das Questões Humanitárias (OCHA), no dia em que as autoridades elevaram para 844 o número de mortos em resultados da catástrofe natural que atingiu sobretudo a costa oeste de Celebes. O mais recente balanço oficial também dá conta de 59 mil deslocados.

De acordo com a avaliação da ONU, entre os que precisam de ajuda urgente estão cerca de 46 mil crianças e 14 mil idosos, grupos da população classificados como mais vulneráveis, que vivem longe dos centros urbanos. O Governo indonésio tem concentrado os esforços de busca e de assistência nos centros urbanos.

Segundo o relato das agências internacionais, voluntários começaram neste segunda-feira a enterrar muitas das vítimas numa grande vala comum.

A União Europeia anunciou no domingo que vai avançar com 1,5 milhões de euros para ajuda humanitária de emergência às vítimas do sismo e do tsunami. A

ajuda do bloco comunitário vai servir para “fornecer bens essenciais como alimentos, abrigos, água, produtos médicos e de saúde”, referiu o comissário europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, o cipriota Christos Stylianides, citado num comunicado divulgado no domingo.

A par desta ajuda, a Comissão Europeia enviou um especialista para coordenar as equipas de resgate da UE destacadas no terreno e activou o serviço de emergência do satélite comunitário Copérnico para criar mapas das zonas afectadas.

A cidade costeira de Palu, com cerca de 350 mil habitantes na costa oeste de Celebes, foi particularmente atingida. A maioria das vítimas é de Palu, que fica a 78 quilómetros do epicentro do sismo de magnitude 7,5 na escala de Richter.

O forte tremor de terra foi seguido por réplicas e por um tsunami que, segundo as agências internacionais, chegou a atingir os seis metros de altura.

Xiconhoquices

Aumento mísero de subsídios para pobres

Desde da Independência Nacional, o Governo da Frelimo tem estado a maltratar as pouca-rias mais carenciadas. Uma das evidências disso é que o Governo da Filipe Nyusi que desde 2015 não revia o subsídio dos mais pobres, e em 2017 reduziu a zero o Subsídio Social Básico embora tenha gasto milhões em carros luxuosos, enfim aumentou os subsídios dos Programas de Assistência Social. Os idosos e deficientes vão receber somente mais 230 a 390 meticais. Os valores dos subsídios dos Programas de Assistência Social não eram revistos desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM. Mas, diga-se em abono da verdade que esse aumento não passa de um insulto à dignidade dos moçambicanos.

Falta de dinheiro para seguro

Há situações estúpidas que só se verificam em Moçambique e mostram o quão incompetente é o Governo de turno. Exemplo disso é o facto de o ministro da Economia e Finanças ter admitido que o Estado não tem seguro das suas infra-estruturas contra as Calamidades Naturais, num país onde todos os anos mais de 500 escolas são afectadas por alguma intempérie que causa danos anuais de pelo menos 2 milhões de dólares, e nem sequer faz o seguro obrigatório de todas as suas viaturas por falta de dinheiro. Não há desculpa possível para essa tamanha Xiconhoquice por parte do Governo da Frelimo, sabendo-se que o nosso país ocupa o terceiro lugar entre os países africanos mais expostos a riscos resultantes da variabilidade climática. Se as infra-estruturas e os veículos do Estado não estão asseguradas, o que se pode esperar as do cidadão comum? Definitivamente, não somos um país sério.

Aumento exorbitante preços do INATTER

Definitivamente, o Governo moçambicano perdeu o bom senso, ao aumentar em 500 por cento o preço da carta de condução e em mais de 200 por cento o exame de condução. Ou seja, todos os serviços prestados pelo Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER) serão alvo de aumentos exorbitantes, tais como a emissão de livrete, que passa a custar 1.850 meticais, ou os exames de condução que será taxado em 2.185 meticais. Os moçambicanos, que não têm culpa alguma nas dívidas contraídas de forma ilegal pelo Governo da Frelimo, serão obrigados a pagar taxas exorbitantes para obter os serviços da INATTER. É, sem sombras de dúvidas, um roubo pacato cidadão que todos os dias luta para garantir o sustento da sua família.

Editorial

averdademz@gmail.com

“É de louvar a iniciativa”, e principalmente a atitude, do ministro Maleiane

2 de Outubro de 2018 entra para história da jovem democracia moçambicana como o dia em que pela primeira vez um ministro das Finanças teve a coragem de reunir e debater com jornalistas a proposta de Orçamento do Estado que ainda vai apresentar à Assembleia da República.

Herdeiro do maior escândalo financeiro e de corrupção que arrastou Moçambique para a crise em que vivemos, e de anos de euforia financeira que descambou nos níveis de endividamento que até hoje não estão totalmente apurados, Adriano Maleiane terá sido o primeiro governante a negar e depois defender as injustificáveis Garantias Soberanas concedidas ilegalmente pelo seu antecessor.

O ministro que afirmou que a EMATUM não só estava a pes-

car como o atum era exportado e que os moçambicanos estariam a comer o pescado sem se aperceberem, que chegou a enganar aos moçambicanos de que não pagariam as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM, foi sem dúvidas o membro do Governo que mais deu o seu corpo, ainda que franzino, aos críticos nacionais e estrangeiros sobre o rumo da economia nacional.

Várias vezes indicado como sendo demissionário, pouco competente e até mesmo em idade para se reformar Adriano Maleiane teve a grandeza de olhos nos olhos, franco e disponível apresentar a jornalistas o orçamento para o último ano do primeiro mandato de Filipe Nyusi e ainda debater ponto a ponto e responder todas as interpelações dos profissionais da comunicação social.

Após horas de conversa e explicações, interrompidas por um lanche de apenas chá e bolachas nacionais, o ministro disse em jeito de desabafo que está feliz porque há alguns anos “a sociedade nem queria ouvir eu negociar estas dívidas” mas “hoje estou que claro que todos estamos de acordo que temos que fechar o processo que é para podermos avançar”.

“É de louvar a iniciativa”, e principalmente a atitude, do ministro Maleiane que abre um precedente que a bem da democracia deveria contagiar os seus colegas de Conselho de Ministros e quiçá ao Presidente Filipe Nyusi, que em Moçambique nunca esteve disponível para ser entrevistado ou mesmo conversar francamente com todos os jornalistas, não só os alinhados do sistema!

Mundo

Deslocações aéreas: COTUR vai apoiar juízes moçambicanos

Os juízes moçambicanos passam a beneficiar de passagens aéreas para viagens nacionais e internacionais ao preço mais baixo do mercado, bem como de facilidades de pagamento, o que vai facilitar a implementação de planos de formação pelas entidades de administração da justiça, no País.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Estes benefícios estão cobertos pelo acordo de parceria, celebrado, na quarta-feira, 3 de Outubro, em Maputo, entre a AMJ - Associação Moçambicana de Juizes e a maior agência de viagens de Moçambique, COTUR - Comércio, Turismo e Agência de Viagens.

Esta iniciativa, segundo referiu o presidente da AMJ, Carlos Mondlane, momentos após assinar o acordo, surge numa altura em que o sistema da justiça enfrenta dificuldades em movimentar juizes que estão nos distritos para os centros urbanos, com a finalidade de submetê-los à formação.

“Este acordo é de uma significância muito grande para os juizes, porque vão ter facilidades, primeiro no que toca ao preço das passagens aéreas, assim como para o Estado moçambicano que vai ter juizes cada vez melhor preparados”, indicou Carlos Mondlane.

Prosseguindo, o presidente da AMJ sustentou que Moçambique vive hoje uma fase em que mais do que nunca há uma exigência muito grande sobre os juizes, no que se refere à formação técnica, com vista a responderem, eficazmente, aos desafios do sector.

“O grande empecilho que o sistema enfrenta é que a formação é cara, não só porque há a necessidade de contratar formadores, mas sobretudo porque para um país extenso como Moçambique há que movimentar juizes e formadores de um ponto para o outro no âmbito dos planos de formação”, afirmou, juntando que no contexto actual as viagens, principalmente aéreas, atingiram preços inoportáveis, havendo, por isso, juizes que têm viajado em condições penosas, por via terrestre, porque



não conseguem facilidades de pagamento ou preços reduzidos.

“Em Dezembro, vamos realizar um congresso e esta parceria, com a COTUR, vai-nos permitir trazer oradores internacionais a preços, cujos valores, numa aquisição normal, não nos seriam suportáveis”, frisou Carlos Mondlane.

Por sua vez, Noor Momade, presidente do conselho de administração da COTUR, disse, na ocasião, constituir uma honra para a agência estabelecer uma parceria com a AMJ, cujos valores e importância são imensuráveis.

“Este é o início de muitos outros acordos que virão pela frente com associações e instituições, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do País. Não queremos apenas facturar, mas também contribuir para o funcionamento eficaz das instituições moçambicanas”, concluiu.

Xiconhoca

Famílias que maltratam seus anciãos

Os maus-tratos aos idosos protagonizados por algumas famílias moçambicanas denunciam o quão doentia anda a nossa sociedade. É preocupante e deveras revoltante quando certas famílias maltratam os anciãos, acusando-os de feiticeiros. O caso mais recente é de uma idosa, acusada de feitiçaria, morreu vítima de sevícias protagonizadas pela própria família, nas vésperas da celebração do Dia Internacional do Idoso, no distrito de Marromeu, província de Sofala. Esse acto é sem dúvidas, o cúmulo da estupidez. Bando de Xiconhocas!

Condutor que matou e fugiu

Há indivíduos sem nenhuma réstia de sentimento em relação aos seus pares. É o caso do automobilista que atropelou mortalmente três pessoas no distrito de Mocimboa da Praia, província de Cabo Delgado e fugiu, abandonando as vítimas. O Xiconhoca, que merece morfar na cadeia, fazia o sentido Pemba/Palma, e quatro dias depois foi neutralizado pela Polícia da República de Moçambique (PRM), quando alegadamente pretendia regressar a Pemba. Indivíduos como este devem ser isolados da sociedade pela tamanha falta de sensibilidade.

Filipe Nyusi

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, é, sem dúvidas, o mais alto Xiconhoca da nação. Fazendo uso das receitas fiscais de Mais Valias cobradas em 2017, pelo negócio das empresas ENI e Exxon Mobil, o Xiconhoca lançou, na sua terra natal, a campanha para a sua reeleição como Presidente de Moçambique, ao anunciar o investimento de 3,1 biliões de meticais para a construção de 40 represas, 62 sistemas de abastecimento de água, 80 fontes dispersas de água e 10 mil novas ligações domiciliárias. Nyusi ainda mentiu que o valor é proveniente do Orçamento do Estado, quando na verdade está a usar parte das receitas fiscais de Mais Valias arrecadadas em 2017.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Boqueirão da Verdade

“Logo depois de me tornar Chefe de Estado moçambicano, em Janeiro de 2015, decidi empenhar-me pessoalmente na busca da paz para o meu país. Empenhei-me porque tanto o meu país como a própria humanidade eram alvo de conflitos trágicos que provavam que todas as guerras penalizam sempre os povos. Felizmente que há mais de dois anos que as armas calaram-se no meu país, graças ao diálogo directo que enctei com o agora falecido líder da Renamo”, **Filipe Nyusi**

“Neste momento há consenso de que de tudo o que foi feito no meu país, a paz foi um melhor feito que averbeí como Presidente. Como resultado do diálogo a nação moçambicana testemunhou em Julho desde ano a aprovação pela Assembleia da República da emenda pontual da Constituição da República e da revisão da Lei eleitoral, introduzindo instrumentos inovadores nos esforços da descentralização do país com vista a redução de conflitos pós eleitorais e aprofundamento da democracia”, **idem**

“Estes passos firmes no diálogo político constituem um marco indelével na história

multipartidária do país pois pretendemos realizar eleições Gerais sem nenhum partido armado, como aconteceu nos ciclos anteriores. Temos também desenvolvido esforços para incrementar o acesso aos serviços básicos de Saúde, Educação, Água e Saneamento para toda a população”, **ibidem**

“A campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo já iniciou em todas as cidades e vilas municipalizadas de Moçambique. É mais uma festa da democracia multipartidária que anima muito. É um processo muito interessante, principalmente quando decorre ou é vivido de forma civilizada e as pessoas sabem o que querem e são satisfeitas nas suas eleições”, **Mouzinho de Albuquerque**

“Destas vezes temos uma campanha eleitoral e respectiva votação especiais, dado que decorrem num contexto muito diferente dos outros pleitos que já aconteceram no país, com a aprovação do novo pacote eleitoral, à luz do entendimento entre o Chefe do Estado, Filipe Nyusi e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama”, **idem**

“É muito salutar ainda, ouvir que os efectivos policiais estão capacitados ou preparados para responder aos desafios de forma a executarem suas tarefas estritas no âmbito deste processo eleitoral. Esperamos que, na verdade, a paz social e reconciliação nacional sejam efectivamente, pressupostos que deverão nortear durante a presente campanha eleitoral, a actuação efectiva dos agentes da lei e ordem”, **ibidem**

“A campanha eleitoral que vai já no seu quarto dia, está a decorrer, de um modo geral, em estrita observância à norma que regula o seu exercício. Vi, nos municípios de Maputo e Matola, por exemplo, cortejos e desfiles de partidos políticos e respectivos cabeças-de-lista cruzarem-se sem a ocorrência de escaramuças, ao contrário do que estes concorrentes nos habituaram, em ocasiões semelhantes. O meu anseio é que o ritmo se mantenha até ao final da campanha. Isto prova a nossa maturidade política, pois já lá vão pouco mais de 20 anos de aprendizagem desta material”, **Salomão Muíambo**

“Há ainda algumas arestas por limar nesta aprendizagem,

tais como a necessidade do respeito aos cartazes e outros materiais de propaganda dos partidos e respectivos cabeças-de-lista. Na manhã seguinte ao dia do início da campanha de propaganda eleitoral, vi muito material vandalizado na rua. Militantes de um partido destruíram cartazes do outro partido. Isso está errado”, **idem**

“Queríamos fazer algo grande com a Croácia, e agora essas emoções estão a cair sobre nós. Não foi fácil superar isso e concentrarmo-nos naquilo que nos espera esta nova temporada. Quando chegámos à Croácia e vimos aquela multidão toda, ficámos bastante surpresos. Foi muito comovente partilhar toda a alegria com os nossos compatriotas e estamos muito orgulhosos”, **Luka Modric**

“O que é importante é na última jornada estar à frente. Agora ainda é tudo muito cedo. Só pensamos nos nossos jogos, não estamos a fazer contas, ainda é muito cedo, temos de procurar vencer, para conquistar os três pontos. O importante são os três pontos. Chegar à frente seja em que jornada

for é acessório, o que é importante é chegar ao fim na frente. O campeonato é uma prova de regularidade, por isso todos os pontos são importantes”, **Pinto da Costa**

“Com todas as suas decisões, o Governo americano retrocedeu em todos os compromissos antes assumidos pelo seu país e colocou inclusive em perigo a solução a dois Estados. Os Estados Unidos actuam como mediadores mas nós agora encaramo-lo com um novo olhar. Os Estados Unidos não devem ser um mediador único. Temos à nossa disposição um Quarteto, muito bem, os Estados Unidos podem participar no Quarteto”, **Mahmoud Abbas**

“Jerusalém não está à venda e os direitos dos palestinos não são negociáveis. Queremos um Estado com fronteiras bem definidas. Será depois que poderemos coexistir pacificamente com Israel. Jerusalém leste, no seu conjunto, é a nossa capital. Entre os 193 países das Nações Unidas, 183 reconheceram o Estado da Palestina. Apelo a todos os países do mundo e aos que ainda não o fizeram, a concretizar esse reconhecimento”, **idem**

Sociedade

Tertúlias Itinerantes: “Estudantes moçambicanos na diáspora também são grandes intervenientes na difusão da cultura moçambicana”

O docente e investigador na Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade Eduardo Mondlane, Afonso Vassoa, considera que a diplomacia cultural em Moçambique é um termo transversal, que visa encontrar mecanismos e políticas estratégicas para o alcance de relações multi-culturais entre os diferentes actores da sociedade, que possam beneficiar as relações políticas, económicas e culturais de forma a serem conhecidas no país e na diáspora, podendo ser usadas de várias formas, desde a esporádica até à planificada.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O académico fez este pronunciamento durante a apresentação do oitavo sub-tema do 3º ciclo de debates académicos “Tertúlias Itinerantes”, que decorreu, na quarta-feira, 26 de Setembro, em Maputo, intitulada “Diplomacia cultural em relações internacionais”, no Centro de Estudos Brasil-Moçambique.

Para aquele investigador, os estudantes moçambicanos na diáspora também são grandes intervenientes na difusão da cultura moçambicana, uma vez que estes têm a nobre missão de difundir as culturas nacionais onde estiverem a conviver com outros povos.

Além disso, “A diplomacia cultural em Moçambique é transversal em várias áreas de actuação, desde a política, económica e cultural. É necessário que o interesse pela transversalidade da nossa diplomacia cultural comece por nós, isto é, nas escolas, nas embaixadas e pelos principais intervenientes que são alguns braços do governo, tais como

os ministérios de educação, dos negócios estrangeiros e a sociedade civil, e as comunidades moçambicanas na diáspora”, sustentou.

Questionado sobre a aculturação dos moçambicanos através das artes, cultura e hábitos, expressas pela importação da cultura de países como a República da África de Sul, o Brasil, a Angola, entre outros, este disse que a reversão dessa situação é possível, desde que haja mudança de comportamentos que nos possa permitir fazer um trabalho sistemático, não basta fazer de forma esporádica, mas sim com um nível de coordenação muito alta.

Por outro lado, Sara Laisse, uma das coordenadoras das sessões “Tertúlias Itinerantes”, disse que deste encontro podem-se tirar várias ilações, por exemplo, o facto de a diplomacia cultural poder ser desenvolvida de

várias formas e por diferentes instituições em Moçambique. Para a docente da Universidade Politécnica, a sociedade civil moçambicana tem o papel de veicular junto das embaixadas e além-fronteiras, a nossa cultura



para o bem da diplomacia cultural em relações internacionais.

Reforçou o seu posicionamento referindo que as escolas nacionais poderiam introduzir também as temáticas da interculturalidade e da transversalidade da cultura

para o bem-estar da diplomacia cultural entre os moçambicanos, tomando em conta a multiculturalidade do país.

Num outro desenvolvimento, Carlos Sotomane, moderador desta sessão, ressaltou o facto de o conceito de soft-power constituir uma abordagem positiva no domínio da diplomacia cultural, uma vez que facilita os processos de diálogo a vários níveis do exercício do poder (económico, político, bilateral, multilateral e multisectorial). Esta lógica permite reduzir as zonas hegemónicas entre os povos, independentemente da sua posição no contexto global.

Um exemplo que nos remete à ideia de soft-power é o tipo de diálogo que se estabelece entre as populações das regiões fronteiriças, nas quais, o moderador referiu-se a elas do seguinte modo: “Nas fronteiras pratica-se esta diplomacia,

embora não tenha formalismos. Quando as atravessamos criam-se harmonias de modo a que não se viole as culturas de parte à parte” concluiu Carlos Sotomane.

Importa referir que a presente edição das Tertúlias Itinerantes decorrem sob o lema “Fluxos de comunicação intercultural no espaço de língua portuguesa: debater o desconhecimento mútuo no contexto da era global”.

Esta iniciativa académica é coordenada por Sara Laisse, da Universidade Politécnica, Eduardo Lichuge, da Universidade Eduardo Mondlane, e Lurdes Macedo, da Universidade Lusófona, de Portugal.

A próxima sessão terá lugar a 23 de Outubro, na Escola Portuguesa de Maputo, seguida de outras duas a terem lugar no mês de Novembro, uma a 27 desse mês, na Universidade Politécnica e a outra, no Centro Cultural Português, em data a anunciar.

Matrícula para a 1ª. classe já começou em Moçambique e é gratuita

Decorre, desde esta segunda-feira (01), em todo o território moçambicano, a matrícula para todas as crianças (meninas e meninos) que completam seis anos de idade até Dezembro de 2019.

Texto: Redacção

O processo é gratuito e vai decorrer de 01 de Outubro a 31 de Dezembro próximo.

No acto da matrícula apresenta-se uma Cédula Pessoal. Na falta deste, a Certidão de Nascimento também serve, segundo a Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED).

A instituição apela aos pais e encarregados de educação a matricular, também, as crianças que não foram inscritas nos anos anteriores, desde que tenham idade inferior a 15 anos.

O MINED apela igualmente aos pais e encarregados de educação para que não esperem pelo último dia para matricular os seus filhos.

As escolas e as demais autoridades locais devem envidar esforços para informar à população no sentido de inscrever as crianças com idade escolar e facilitar o processo.

Polícia detém suspeitos de caça furtiva em Macossa

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve, na semana finda, dois indivíduos, moçambicanos, acusados de abate ilegal de javalins e de elefantes, no distrito de Macossa, província de Manica.

Texto: Redacção

Na posse dos indiciados, as autoridades apreenderam duas pontas de marfim e quantidades não especificadas de carne de javalins. Acredita-se que os animais tenham sido abatidos por encomenda.

Mateus Mindú, porta-voz do Comando Provincial da PRM, em Manica, os suspeitos foram recolhidos aos calabouços quando pretendiam vender a carne e os dentes de paquidermes.

"Eles estavam à procura de compradores das pontas de marfim e vendiam a 30 mil cada", disse o agente da lei e ordem, secundado pelos próprios suspeitos, que assumiram o crime.

Sem indicar o presumível mandante, um dos suspeitos disse: "estávamos à procura de cliente quando Polícia nos deteve. Não sabíamos que é crime ter pontas de marfim e caçar javalins".

Em Moçambique, o envolvimento na caça furtiva ou posse ilegal de produtos de espécies faunísticas é punível com penas que variam de 12 a 16 anos de prisão.

Governo aumenta em 500 por cento preço da carta de condução e em mais de 2000 por cento o exame de condução em Moçambique



O preço da emissão ou renovação de uma carta de condução biométrica em Moçambique vai ser agravado em 500 por cento. O @Verdade apurou que já esta semana outros serviços prestados pelo INATTER também serão alvo de aumentos exorbitantes como a emissão de livrete, que passa a custar 1.850 meticais, ou os exames de condução que será taxado em 2.185 meticais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 06 →

ROSC busca contribuições ao Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras

Os conservadores dos Serviços de Registos e Notariado, as autoridades tradicionais e os líderes religiosos poderão ser punidos por celebrarem casamentos de meninas com homens mais velhos, ou uniões entre crianças, prevê o Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, debatido na última sexta-feira (28), em Maputo.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Em Moçambique, o artigo 30 da Lei da Família (Lei no.10/2004 de 25 de Agosto) determina que a idade núbil mínima é de 18 anos.

Porém, como excepção, o número 1 do mesmo artigo diz que "a mulher ou o homem com mais de dezasseis anos, a título excepcional, pode contrair casamento, quando ocorram circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes".

Está possibilidade é um estímulo às uniões prematuras e/ou forçadas, o que, no meio de críticas, leva as organizações da sociedade civil e encetarem lobbies no sentido de pressionar o Governo a remover aquele artigo. A Assembleia da República (AR) já mostrou, publicamente, disponibilidade para o efeito.

Assim, segundo o juiz João Gui-



Iherme, um dos consultores na elaboração do Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, este acautela a eliminação do artigo 30 da Lei da Família.

O documento, ainda em debate para colher subsídios com vista a aprimorá-lo, estabelece penalizações, de 2 a 8 anos de prisão e multa até dois anos, para

os servidores públicos que, no exercício das suas funções, celebrarem, de forma consciente, casamentos que envolvam uma criança, ou autorizar a celebração de uniões no quais ambos ou num dos esposados seja criança.

O adulto que por iniciativa própria, ou recorrendo a terceiros, noivar uma

continua Pag. 06 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Governo aumenta em 500 por cento preço da carta de condução e em mais de 2000 por cento o exame de condução em Moçambique

Depois de haver introduzido taxas para matrículas personalizadas de veículos e revisto o custo das vistorias de veículos, exame extraordinário para instrutores/ inspectores, taxas para candidatos a condutores e de licenciamento de actividades ensino de condução e do fabrico de matrículas o Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER) vai actualizar esta semana dezenas de taxas cobradas pelos serviços que presta.

O registo inicial de um automóvel ligeiro que custa 2.450 passará a custar 2.980, enquanto a atribuição de matrícula a um motociclo será taxada em 1.985 meticais e a tractores agrícolas em 1.050 meticais. No que aos automóveis pesados diz respeito o preço passa de 3.450 para 3.900 meticais.

No entanto o @Verdade apurou que algumas taxas vão ter aumentos exorbitantes. Um exame obter uma carta de condução para automóvel ligeiro, pesado, motociclo ou tractor, que actualmente custa 100 meticais, vai passar a custar 2.185 meticais.

Pior é que após realizar o exame de condução o condutor, se aprovado, terá ainda de pagar 2.500 meticais para obter uma carta de condução biométrica, que actualmente custa somente 500 meticais.

Portanto um jovem que pretenda obter uma habilitação para conduzir, quesito fundamental em grande parte dos concursos de emprego, terá de investir pelo menos 4.685 meticais, bem mais do que um salário mínimo em Moçambique.

Anexo		
Taxas Cobradas pelos Serviços Prestados pelo Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER)		
N.º Ordem	Designação	Taxa
A) Registos Iniciais e Atribuição de matrículas		
1	Automóveis Ligeiros	2.980,00
2	Matrícula de Automóveis Pesados	3.900,00
3	Motociclos	1.020,00
4	Reboques e Semi-Reboques	1.985,00
5	Tractores agrícolas	1.050,00
B.1) Inspeções Extraordinárias		
6	Automóveis ligeiros	1.590,00
7	Automóveis pesados	1.905,00
8	Motociclos	1.270,00
9	Reboques	1.270,00
10	Tractores agrícolas	1.270,00

11	Motores de Substituição	1.810,00
12	Peritagens	1.550,00
13	Peritagens de recursos	3.025,00
B.2) Reconstruções		
14	Motociclos	1.395,00
15	Automóveis Li./Pes. Até 8 Toneladas	4.060,00
16	Automóveis pesados c/mais de 8 Toneladas	5.330,00
17	Tractores Agrícolas	2.435,00
C) Transmissões de Propriedades		
18	Reboques	1.905,00
D) Livretes		
19	Emissão de Livrete	1.850,00
20	Substituição de livrete	1.850,00
21	Duplicado de livrete	1.550,00
D.1) Aprovação de Modelos, Fixação de Pesos e Lotação		
22	Requeridas pelos Construtores /agentes	6.680,00
23	Requeridas por outros	6.680,00
24	Aceitação de declaração de caract. Veículos	1.350,00
25	Projectos de construção ou transformação de caixa ou outros órgãos de veículos	2.620,00
26	Aprovação de marcas	13.730,00

Alvará para escola de condução passará a custar 20.050 meticais

Muita mais caro ficará ainda obter uma carta de condução profissional ou de serviço público, o exame que é taxado em 160 meticais passará a custar 2.185 meticais, acrescido do custo da carta de condução mais o averbamento que passará a custar 2.500 meticais.

O registo da propriedade de um automóvel, que não tem custo para a obtenção de um livrete, passará a ser taxado em 1.850 meticais. A substituição do livrete também custará 1.850 meticais e um duplicado desse documento será taxado em 1.550 meticais.

N.º Ordem	Designação	Taxa
E) Exames para Condutores		
27	Emissão/renovação/duplicação de Licença para instrutor	5.000,00
28	Exame de Automóveis ligeiros	2.185,00
29	Exame de Automóveis Pesados	2.185,00
30	Exame de Motociclos	2.185,00
31	Exame de Tractores	2.185,00
32	Exame de Profissional/Serviços públicos	2.185,00

33	Exame de Instrutor para motociclos	3.320,00
34	Exame de instrutor para automóveis ligeiros	3.815,00
35	Exame de instrutor para automóveis Pesados	4.815,00
E.1) Exame Extraordinário		
36	Motociclos	2.705,00
37	Automóveis ligeiros e Pesados	2.705,00
38	Profissional/serviços públicos	2.705,00
39	Tractores agrícolas	2.665,00
E.2) Exame/Emissão de Cartas de Condução por:		
40	Troca de Boletim militar	1.525,00
41	Apresentação de Licença Estrangeira	3.815,00
42	Alvará de licença para Escola de condução	20.050,00
43	Averbamento de Serviço público	2.500,00
44	Averbamento de Mudança de Residência	1.500,00
45	Emissão e Renovação de cartas de Condução biométrica	2.500,00
46	Duplicado de cartas	1.950,00
47	Licença de aprendizagem	500,00
F) Instrução		
48	Licença para o serviço de instrução (por veiculo)/ano	3.110,00
G) Escolas de Condução		
49	Averbamento de Alvará por transferência de propriedade	2.540,00

Mas a revisão em alta das taxas do INATTER estendem-se também para as escolas de condução cujo alvará passará a custar 20.050 meticais e os serviços de vistoria também foram agravados. Serão ainda agravados os custos para a instrução de condução.

N.º Ordem	Designação	Taxa
50	Averbamento de Alvará por mudança da designação de nome	2.540,00
51	Averbamento de Alvará por mudança da sede	2.110,00
52	Averbamento de Alvará por alteração de classes de veículos em que é ministrado o ensino	2.110,00
53	Certidão comprovativo da emissão de alvará por cada lauda	1850,00
54	Vistoria das Instalações	3.650,00
55	Vistoria de apetrechamento	6.850,00
56	Licença para o transporte carga c/dimensão anormal	4.250,00

Estes agravamentos, aprovados pelo Diploma Ministerial 82/2018 de 5 de Setembro, entram em vigor a partir de 5 de Outubro.

→ continuação Pag. 05 - ROSC busca contribuições ao Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras

criança, conhecendo a sua idade, incorrerá a uma pena de 2 anos de prisão.

Os juizes terão, por sua vez, ter a prerrogativa de, em caso de tomarem conhecimento, mandar suspender os casamentos entre raparigas e adultos ou uniões que envolvam crianças.

Os casamentos ou uniões envolvendo crianças ou indivíduos menores de 18 anos de idade, maioritariamente mulheres, continuam na ordem do dia, principalmente nas zonas rurais do país. Porém, a solução para o problema continua longe de ser encontrada.

Nos termos do documento a que o @Verdade teve acesso, "o pai, a mãe, o tutor, o padrasto, a madrastra, qualquer parente na linha recta e até terceiro grau na linha colateral, o encarregado de guarda da criança ou da sua

educação, aliciar ou não obstar o casamento ou união, será condenado a pena de 2 a 8 anos de prisão e multa até dois anos (...)".

A permissão de casamento ou união de indivíduos que não tenham a idade núbil, em troca de algum bem ou valor, para pagamento de dívida ou garantia desta, ou como cumprimento de promessa ou garantia, é punida com pena de prisão de 8 a 12 anos.

A pena de prisão pode chegar a 16 anos, se durante ou após a cessação da união houver crime de violação sexual, mormente se a mesma tiver como consequência uma "infecção sexualmente transmissível".

No encontro, organizado pelo Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), participaram os conservadores das regiões sul, centro e norte e

Moçambique.

Eles defenderam a necessidade de o Governo encontrar formas de divulgar as várias leis em prol de crianças e raparigas, cuja implementação é ainda deveras fraca, bem como potenciar a sensibilização e a consciencialização das comunidades.

ROSC é uma organização da sociedade civil que coordena o secretariado da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP). Este organismo congrega, por sua vez, 49 organizações.

Em Dezembro de 2017, iniciou a auscultação em torno do Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, em parceria com a Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República (AR).

Odebrecht e Microsoft firmam parceria

A Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) e a Microsoft assinaram, recentemente, um memorando de entendimento para cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, com vista ao fortalecimento da pesquisa e ao desenvolvimento de soluções conjuntas, que incluem o uso da inteligência artificial nas suas obras.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Com este acto, a empresa pretende contribuir ainda mais para a segurança dos integrantes das equipas envolvidas nas obras e das comunidades à sua volta, bem como para a conservação do meio ambiente.

A empresa espera, igualmente, aprimorar os demais processos que possam elevar o patamar dos serviços de engenharia e construção no Brasil e no mundo. Na área de gestão, a Odebrecht avança a possibilidade de usar a tecnologia Blockchain para melhorar a eficiência das suas operações.

Ao longo dos seus 74 anos de história, a OEC tem apostado em soluções de grande impacto na optimização do material aplicado nas suas obras, prazos de execução, soluções ambientais, entre outras

vantagens que conferem aos seus projectos qualidade técnica reconhecida internacionalmente.

Durante estes anos, a empresa tem acompanhado e incorporado soluções tecnológicas digitais nos seus projectos, o que tem permitido, também, melhorar a eficiência da sua gestão interna.

Iniciativas realizadas pela empresa também reforçam o seu espírito inovador, como o Prémio Destaque, que reconhece projectos desenvolvidos por profissionais da organização, que tem entre os seus pilares a inovação, e o Prémio Odebrecht de Desenvolvimento Sustentável, que premia trabalhos universitários que geram conhecimento sobre temas ligados às engenharias.

Condutor mata e foge em Cabo Delgado mas acaba nas mãos da Polícia

Três pessoas morreram, no distrito de Mocimboa da Praia, província de Cabo Delgado, por atropelamento protagonizado por um automobilista, que na sequência do acidente fugiu, abandonando as vítimas.

Texto: Redacção

Segundo as autoridades policiais, naquele ponto do país, o acidente aconteceu por volta das 22h00 do dia 24 de Setembro passado, no distrito de Mocimboa da Praia.

O suposto homicida, que fazia o sentido Pemba/Palma, quatro dias depois foi neutralizado pela Polícia da República de Moçambique (PRM), quando alegadamente pretendia regressar a Pemba.

Presume-se que o excesso de velocidade tenha sido a causa da tragédia. As vítimas são todas maiores de idade.

Duas delas morreram no local do sinistro e a terceira na unidade sanitária para a qual acabava de ser socorrida.

O condutor reconheceu o facto e alegou fugiu porque tinha medo de ser submetido a maus-tratos pela população. A desculpa não convenceu aos agentes da lei e ordem, que consideram que o visado pretendia se isentar da sua responsabilidade.

Para o Comando Distrital da PRM, em Mocimboa da Praia, se não fosse a chapa de matrícula da viatura do referido automobilista, deixada no local do acidente, não teria sido fácil a sua detenção.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Governo aumentou Subsídio Social Básico em Moçambique apenas 230 a 390 meticais



O Governo de Filipe Nyusi que desde 2015 não revia o subsídio dos mais pobres, e em 2017 reduziu a zero o Subsídio Social Básico embora tenha gasto milhões em carros luxuosos, enfim aumentou os subsídios dos Programas de Assistência Social. Os idosos e deficientes vão receber somente mais 230 a 390 meticais.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Autárquicas 2018: Cadernos eleitorais e réplicas já na posse de partidos políticos

Os cadernos eleitorais e as respectivas réplicas, para os 53 municípios, já foram impressos e distribuídos aos partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores, garantiu, à imprensa, o director do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Felisberto Naife.

Texto & Foto: Emildo Sambo

A fonte afirmou, também, que estão disponível as urnas e as cabines de votação, bem como outros materiais indispensáveis para o processo de votação, no dia 10 de Outubro corrente.

Segundo Felisberto Naife, o STAE já começou a receber, igualmente, outros materiais de votação, tais como os boletins de voto, as actas, os editais, a tinta indelével, a tinta para impressão digital e os selos e lacres (no. 1 do artigo 64 da Lei no. 7/2018, de 3 de Agosto).

O órgão de administração eleitoral espera que até o próximo sábado (06), todos os materiais necessários para a sufrágio estejam disponíveis nas 53 autarquias do país.

Neste momento, estão em formação 42.300 candidatos a Membros das Mesas de Voto (MMV).



O processo termina esta sexta-feira (05). O STAE prevê contratar, daquele número, 38.213 MMV, dos quais 5.549 da Frelimo, igual número da Renamo e outros 5.549 do MDM.

“Os restantes 21.836 serão recrutados por via de concurso público”, disse Felisberto Naife, na segunda-feira (01), em conferência de imprensa.

Ele recordou que foram criadas, nos 53 municípios, 5.459 mesas de assembleias de votos, que vão funcionar em 1.139 locais de

votação no 10 de Outubro.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o STAE estão a criar uma plataforma online, através da qual os eleitores poderão os seus “locais de votação, a mesa e o número de inscrição”, disse Naife, sem precisar quando é que a plataforma em causa entrará em vigor.

Até esta segunda-feira estavam credenciados 145 observadores internacionais e 1.780 nacionais, bem como quatro jornalista internacionais e 630 nacionais.

VERDADE
A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Governo aumentou Subsídio Social Básico em Moçambique apenas 230 a 390 meticais

Desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM que o Executivo de Nyusi não revê os valores dos subsídios dos Programas de Assistência Social, apesar da inflação ter ultrapassado os 40 por cento nos produtos alimentares.

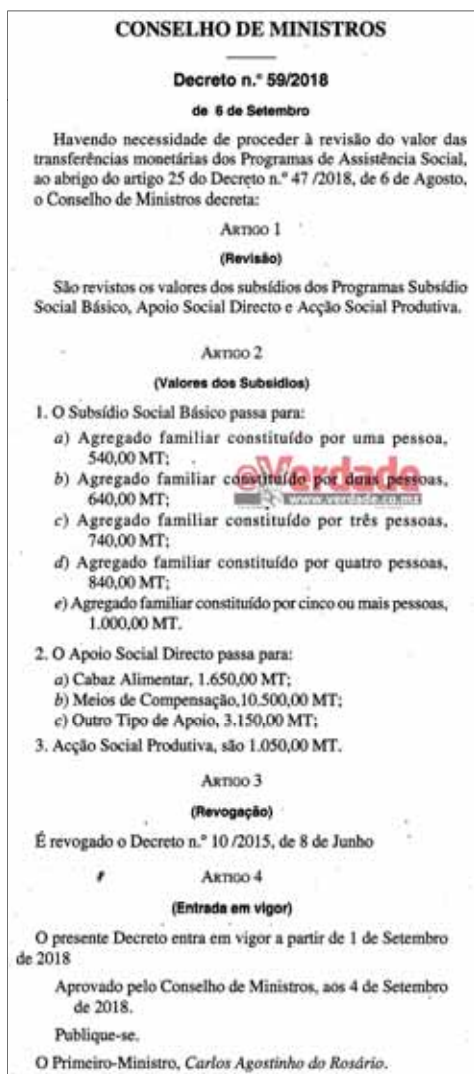
Aliás o @Verdade revelou que o Governo do partido Frelimo até tem vindo a cortar nos fundos alocados aos programas de Protecção Social Básica dos mais pobres e desfavorecidos em Moçambique. em 2017 foram inscritos menos 500 milhões de meticais, comparativamente ao ano anterior.

Entretanto o @Verdade descobriu na execução do Orçamento de Estado do ano passado que o 1,7 bilhão de meticais inscritos e aprovados para Subsídio Social Básico nem sequer chegaram a ser disponibilizados aos perto de 500 mil idosos e deficientes beneficiários.

Ainda assim o Chefe de Estado disse, numa mensagem por ocasião do Dia do Idoso que foi assinalado nesta segunda-feira (01), que: "Como Governo, temos realizado acções diversas que visam a protecção e inclusão socioeconómica da pessoa idosa com destaque para as acções de implementação da política de previdência social e do sistema de segurança social básico".

Depois de nos primeiros meses iniciais de 2018 o Executivo de Nyusi ter voltado a reduzir o Subsídio Social Básico que realmente pagou em cerca de 325 milhões de meticais no início de Setembro enfim actualizou em alta os valores de todos os subsí-

dios que existem nos Programas de Assistência Social.



O Subsídio Social Básico para um agregado familiar constituído por uma pessoa aumentou de 310 meticais para 540 meticais mensais enquanto para um agregado familiar constituído por duas pessoas passou

DELEGACAO	PROGRAMA	UNID	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
ED00001	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE CABO DELGADO		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00002	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE GAZA		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00003	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE MANICHA		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00004	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE NACALA PORTO		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00005	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE NACALA SUL		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00006	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE NOGOCIMA		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00007	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE NTOVA		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00008	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE SOFALA		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00009	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE TETE		9.200	9.200	36	0	0	36
ED00010	DELEGACAO PROVINCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ACCAO SOCIAL DE VILHELADE		9.200	9.200	36	0	0	36

de 390 meticais para 640 meticais mensais.

Necessários pelo menos 730 meticais mensais para alimentação básica de uma pessoa

Já para um agregado familiar constituído por três pessoas o para Subsídio Social Básico é de 740 meticais, contra os anteriores 460 meticais mensais, e no caso de agregados com quatro pessoas foi revisto de 530 para 840 meticais.

Para um agregado familiar com cinco ou mais pessoas o Subsídio Social Básico subiu de 610 para 1000 meticais, com efeitos desde 1 de Setembro passado.

Valores ainda muito aquém das necessidades alimentares básicas. Contas feitas pelo @Verdade totalizam

uma necessidade de pelo menos 730 meticais para alimentar uma pessoa adulta durante um mês com um rancho mínimo composto por 4 quilos de farinha de milho, seis copos de amendoim, quatro cocos, seis copos de feijão nhemba, seis molhos de tomate fresco, um quilo de cebola, sal, dois quilos de açúcar castanho e um litro de óleo alimentar.

Adicionalmente o Governo de Filipe Nyusi reviu o Apoio Social Directo onde o cabaz alimentar estava orçado em 1.500 e passou para 1.650 meticais, meios de compensação em 10.500 meticais e outro tipo de apoio definido em 3.150 meticais.

O valor da Acção Social Produtiva, cujos beneficiários têm de trabalhar durante pelo menos quatro horas por dia e quatro dias por semana, também foi revisto de 650 para 1.050 meticais.

Estado não tem dinheiro para seguro dos seus imóveis contra Calamidades Naturais que causam perdas anuais de milhões de dólares

O ministro da Economia e Finanças admitiu que o Estado não tem seguro das suas infra-estruturas contra as Calamidades Naturais, num país onde todos os anos mais de 500 escolas são afectadas por alguma intempérie que causa danos anuais de pelo menos 2 milhões de dólares, e nem sequer faz o seguro obrigatório de todas as suas viaturas por falta de dinheiro.

Texto: Adérito Caldeira

Discursando na abertura do IV Seminário sobre o Sector Segurador em Moçambique Adriano Maleiane desafiou as seguradoras a chegarem junto a cada vez mais cidadãos mesmo aqueles que estão na economia informal. "Aos operadores devem garantir uma gestão sã e prudente, a capitalização das suas empresas, a contínua capacitação dos quadros para melhor responderem à crescente procura de seguros, incluindo a cobertura de riscos de grande dimensão, a realização de acções visando a inclusão de toda a população através de uma publicidade educativa e a contínua inovação e expansão dos seus produtos em serviços, em particular o micro-seguro", disse.

Finanças reconheceu ao @Verdade que o Estado nem sequer consegue segurar todos os seus automóveis, violando a lei moçambicana que tornou o seguro de responsabilidade de veículos a motor perante terceiros obrigatório para todos os proprietários.

De acordo com o Banco Mundial o nosso país ocupa o terceiro lugar entre os países africanos mais expostos a riscos resultantes da variabilidade climática, incluindo a alta exposição das suas cidades às inundações costeiras e fluviais.

Plano Quinquenal incentiva "o uso do seguro contra desastres e riscos climáticos para a protecção dos investimentos"

As perdas médias anuais, resultantes de alguma Calamidade Natural, "correspondem a mais de 1 por cento do Produto Interno Bruto" Michel Matera, Especialista Urbano Sénior do Banco Mundial durante o IV Seminário sobre o Sector Segurador que aconteceu na passada sexta-feira (28) em Maputo.

"70 por cento das escolas no país estão em áreas de alto risco (...) avaliamos que anualmente se perdem 550 salas de aulas e mais de 50 mil estudantes são afectados inun-

dações ou ciclones, como danos de mais ou menos 2 milhões (de dólares norte-americanos)", acrescentou Matera que afirmou ainda que todos os sectores públicos estão vulneráveis as Calamidades Naturais.

Ainda segundo o Especialista Sénior do Banco Mundial em termos fiscais a reparação dos danos das intempéries que assolam Moçambique tem sido efectuado através da realocação orçamental ou pedindo ajuda internacional.

"Olhando para dois eventos específicos que aconteceram em 2013 e 2014, grandes inundações registadas, causaram perdas para o sector público de mais de 11 biliões de meticais, mas os desembolsos para responder a essas Calamidades foram de apenas 1,4 bilião de meticais, 12 por cento das necessidades, deixando um défice de financiamento muito alto. E isso se observa no terreno, muitas estradas, pontes, escolas ficaram sem serem reabilitadas".

Importa recordar que o Plano Quinquenal do Governo de Filipe Nyusi propôs-se a "incentivar o uso do seguro contra desastres e riscos climáticos para a protecção dos investimentos", como uma das medidas para reduzir a vulnerabilidade da economia e infra-estruturas aos riscos climáticos.

Desporto

CAF adia para Novembro decisão sobre CAN 2019

A Confederação Africana de Futebol (CAF) adiou a sua decisão definitiva relativa ao país que irá acolher o Campeonato Africano das Nações (CAN) de 2019 para Novembro próximo, altura em que anunciará a sua manutenção nos Camarões ou a sua transferência para Marrocos ou para o Egipto.

Texto: Agências

O gabinete executivo da CAF reunido sexta-feira em Charm El Cheikh, no Egipto, anunciou várias decisões, das quais a organização pela Argélia do Campeonato Africano das Nações (CHAN) reservado aos jogadores locais em 2022.

em 2021, enquanto a Maurítânia vai acolher o CAN dos Sub-20 no mesmo ano e a República do Congo o CAN feminino em 2020.

Recorde-se que Moçambique está bem posicionado, reparte e liderança do Grupo K com a Guiné-Bissau, para conseguir o apuramento para uma fase final do CAN de 2019.

A CAF confiou a Marrocos a organização do CAN dos Sub-17

Hamilton vence GP da Rússia e abre vantagem de 50 pontos no Mundial de Fórmula 1

O piloto Valtteri Bottas, da Mercedes, abriu caminho para o companheiro de equipe, Lewis Hamilton, vencer o Grande Prémio da Rússia de Fórmula 1 no domingo e conquistar 50 pontos de vantagem no campeonato, faltando cinco corridas para o fim.

Texto: Agências

A vitória foi um marco para o britânico, que está bem encaminhado para o quinto título e está agora 21 vitórias atrás do recorde de 91 conquistas do heptacampeão Michael Schumacher.

depois de 25 das 53 voltas, garantindo a dobradinha da Mercedes.

O rival mais próximo de Hamilton, Sebastian Vettel, terminou em terceiro com a Ferrari, com Bottas, que liderou a pole position, mas foi orientado a deixar Hamilton passar

A Mercedes permanece invicta na Rússia, sendo a vitória deste domingo a sua quinta em Sochi, desde que a cidade apareceu no calendário da F1, em 2014.

Hamilton já ganhou oito corridas esta temporada.

Além disso o ministro da Economia e

Mahamudo Amurane assassinado há um ano e SERNIC fala de 10 suspeitos detidos

Pelo menos 10 pessoas encontram-se detidas, implicadas no assassinato do membro do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e edil da cidade de Nampula, Mahamudo Amurane. Alguns suspeitos são membros seniores deste partido.

Texto: Emildo Sambo

Mahamudo Amurane foi assassinado a tiros em pleno dia da paz – noite de 04 de Outubro de 2017 – na sua residência em Nampula. Na quinta-feira (04), a família da vítima assinalou o primeiro ano do seu desaparecimento físico.

Coincidência ou não, na quarta-feira (03), o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), que durante 12 meses remeteu-se ao silêncio e cerrou os ouvidos, chamou a imprensa para dizer que, “ainda que de forma preliminar” foram apurados “elementos que indiciam o envolvimento de 10 membros e quadros seniores do MDM”.

O quem o disse foi o chefe do Departamento de Relações Públicas naquela instituição do Estado, Leonardo Simbine. Este adiantou que o processo já está em poder da Procuradoria Provincial de Nampula para os trâmites subsequentes.

Em obediência ao princípio presunção de inocência e por o processo de acusação ainda estar na fase de instrução preparatória, a fonte não revelou as identidades dos indicados.

Segundo Leonardo Simbine, a investigação apurou ter havido desavenças que abalavam o MDM e ameaças públicas proferidas contra a pessoa de Mahamudo Amurane.

Certos membros do “galo” manifestaram publicamente a intenção de afastar o malogrado do cargo de edil de Nampula à força. Esta situação estimulou desentendimentos dentro do partido.

O SERNIC não avançou nada em relação a outros crimes que continuam por esclarecer, entre eles o assassinato e atentado contra a de vida dos membros dos partidos políticos da oposição e académicos.

Mais de uma dezenas de membros da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), incluindo quadros seniores, foram mortos a tiros entre 2016 e 2017. Alguns nas suas residências e em plena luz do dia, sobretudo na cidade de Maputo e nas províncias de Sofala, Tete, Nampula e da Zambézia.

Moçambique vai emitir Garantia Soberana de 2,2 biliões de dólares para ENH participar da Área 1 offshore da Bacia do Rovuma



O Governo de Moçambique vai assegurar a participação da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) no Consórcio que vai explorar o de Gás Natural Liquefeito (GNL) existente na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma emitindo uma Garantia Soberana de 2,2 biliões de dólares.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Mozambique LNG continua Pag. 10 →

Juristas e OAM procuram formas de acabar com a “cultura e tradição” que permitem transformar meninas em esposas

Perto de 100 pessoas, entre elas magistrados, activistas e advogados, sentaram à mesma mesa, na quarta-feira (03), em Maputo, para discutir, mais uma vez, como o país pode proibir, definitivamente e sem excepções, as uniões prematuras e forçadas envolvendo crianças e raparigas. A “cultura e a tradição” que permitem transformar as meninas em esposas devem acabar e várias vozes levantaram-se pelo fim do problema mas até aqui não se sabe como solucioná-lo, efectivamente.

Texto & Foto: Emildo Sambo

E todos reconheceram que a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, em forja, jamais será suficiente para eliminar um problema enraizado nas comunidades.

Segundo Benilde Nhalivilo, presidente do Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), as uniões prematuras e forçadas constituem um assunto delicado e sensível, visto que é falar (indiretamente) dos protagonistas, que são pessoas próximas das vítimas e de todos nós.

Ela acrescentou que, desde o começo da elaboração do Anteprojecto de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, foram auscultadas pelo menos 1.500 pessoas, entre crianças de ambos os sexos, líderes comunitários e religiosos e matronas dos ritos de iniciação.

O trabalho deverá prosseguir



para que se encontre uma maneira adequada e eficaz de fazer face ao que Carlos Mondlane, presidente da Associação Moçambicana dos Juizes, classificou como uma “catástrofe social que estamos a viver”.

Uma lei não basta para resolver o problema. “É preciso um amplo trabalho de sensibilização e consciencialização” das comunidades, argumentou Benilde, secundada por Cardo Morresse, da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM).

Para Cardo Morresse, é necessário chamar à atenção as famílias, porque as uniões forçadas ocorrem, em grande medida, nas comunidades.

Ele também concorda que a criança é um “assunto sensível”. Quando se tem relatos de que meninas foram ou são coagidas a serem-se mulheres de homens mais velhos ou a casarem com outras crianças, não é possível não ranger os dentes de tantos nervos à flor da pele.

São milhares as ocasiões em que, “em nome da cultura e da tradição, são

continua Pag. 10 →

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Moçambique vai emitir Garantia Soberana de 2,2 biliões de dólares para ENH participar da Área 1 offshore da Bacia do Rovuma

O @Verdade descobriu que o Executivo de Filipe Nyusi inscreveu na proposta de Orçamento de Estado para 2019, que foi esta semana submetido à Assembleia da República, um pedido de autorização para emitir uma Garantia Soberana de 136,1 biliões de meticais (cerca de 2,2 biliões de dólares norte-americanos ao câmbio actual) para o "Apoio ao sector empresarial do Estado da indústria extractiva".

Questionado pelo @Verdade o ministro da Economia e Finanças precisou esta semana que a Garantia destina-se à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos para que possa realizar os 15 por cento correspondentes a sua participação no Plano de Desenvolvimento do projecto de exploração de Gás Natural Liquefeito (GNL) existente na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado. "(...) O Estado só tem duas hipóteses: não pôr a ENH como acionista, portanto o Estado sai o que não nos parece correcto, ou então mantemos e passamos a Garantia" disse Adriano Maleiane.

De acordo com o governante a emissão desta Garantia Soberana não está condicionada ao esclarecimento das



dívidas ilegais ou mesmo às negociações que decorrerem com os credores das empresas Proindicus, EMATUM e MAM para a reestruturação das amortizações.



Aliás o ministro declarou que a emissão desta Garantia Soberana já está a acontecer e decorre ao abrigo do Decreto 77/2017 que estabelece os procedimentos relativos à emissão e gestão da Dívida Pública e das Garantias

emitidas pelo Estado.

"Essa Garantia agora está na fase de para a Procuradoria", que deverá emitir um parecer ou opinião legal para a certificação jurídica da legalidade da contratação da dívida e só depois será ratificada pelo Conselho de Ministros, explicou Adriano Maleiane que adiantou que "a análise preliminar, em termos de risco é praticamente zero".

O titular da Economia e Finanças esclareceu que quem vai pedir financiamento é uma SPV, acrónimo em inglês de Special Purpose Vehicle que é uma entidade instrumental offshore normalmente criada para a execução de projectos financeiros desta natureza. "Os financiadores querem que esta SPV tenha suporte das concessionárias. Então cada um vai ao seu Governo, ou

outras formas, garantir que a SPV consiga dizer que temos Garantias, no caso da ENH é o Governo de Moçambique e não há desembolso financeiro".

Insustentabilidade da Dívida Pública negociada com FMI

O @Verdade entende que este processo de emissão da Garantia Soberana deverá estar concluído em breve para que a ENH possa concluir o financiamento à tempo de materializar a sua participação no momento da Decisão Final de Investimento na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma que espera-se aconteça durante o 1º semestre de 2019.

Na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma, também conhecido campo Golfinho/Atum, existem 75 triliões de pés cúbicos de gás natural que deverão ser explorados por um consórcio liderado pela empresa norte-americana Anadarko (com 26,5 por cento), a japonesa Mitsui (com 20 por cento), a indiana ONGC (16 por cento), a indiana Barhat Petro Resources (10 por cento), a tailandesa PTT Exploration & Production (8,5 por cento), a também indiana Oil India (4 por cento) e a

moçambicana ENH (com 15 por cento).

Entretanto a concessão desta Garantia Soberana à ENH deverá agravar a já insustentável Dívida Pública de Moçambique.

"Nós combinamos discutir com o Fundo Monetário Internacional como é que nós colocamos está dívida na nova metodologia. Porque a nova metodologia diz que a Garantia Soberana vai para o stock (da Dívida Pública) imediatamente, o que nós estamos a dizer é que se é Garantia e tem que ir 100 por cento para o stock não é mais fácil Governo endividar-se e repassar. Nós combinamos que para este caso na análise vai ficar sempre à parte ou retirando estas Garantias", esclareceu ao @Verdade o ministro Maleiane.

Mas se o outro projecto de exploração de gás natural na Área 1 e 4 da Bacia do Rovuma, o campo de Mamba-Prosperidade, também avançar em 2019 o @Verdade entende que Moçambique poderá ter que emitir uma outra Garantia Soberana de alguns biliões de dólares para que a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos possa realizar a sua participação de investimentos.

→ continuação Pag. 09 - Juristas e OAM procuram formas de acabar com a "cultura e tradição" que permitem transformar meninas em esposas

postos em causa os direitos humanos, em particular da criança" devido às uniões forçadas.

O orador disse, num outro desenvolvimento, que o país precisa harmonizar toda a legislação sobre a criança, para melhor protegê-la, em particular quando se debate o combate às uniões forçadas.

Aliás, Carlos Mondlane considerou – em alusão aos pais e encarregados de educação e àqueles que consentem ter meninas como suas esposas – que uma pessoa de boa índole social não devia ser promotora de uniões prematuras e forçadas entre adultos ou entre crianças. Uma sociedade sã não devia tolerar isso.

Na óptica do interlocutor, ninguém deve interromper as etapas de desenvolvimento de uma criança. Esta tem o direito de crescer e se tornar um adulto.

Para a representante do Alto Comissariado do Canadá em Maputo, Isabel Blanco, o casamento infantil afecta 70 milhões de raparigas em todo o mundo. Na África Oriental e Austral existem 7 mil vítimas nesta situação.

Já em Moçambique, como é sabido, metade das raparigas casam antes de atingir 18 anos.

Segundo Isabel Blanco, a futura lei de combate às uniões forçadas deverá ser uma ferramenta



poderosa para contornar este problema.

Uma vez aprovada a lei, "poderão surgir desafios relacionados com a sua implementação. Pesquisa demonstram que uma reforma

dança de comportamento".

Na perspetiva da fonte, a dificuldade a que se refere tem a ver com a falta de vontade para intervir em casos de uniões prematuras, escassez de abrigos para as raparigas sujeitas às uniões forçadas, a falta de opções por parte das vítimas, sobretudo as que já tenham filhos e a falta de entendimento político sobre como lidar com as raparigas que manifestam vontade de permanecer "casadas", pese embora consciente de que serão alvos de estigmatização na sociedade.

O combate efectivo às uniões forçadas e entre crianças depende em parte do entendimento das suas causas intersectoriais, disse Blanco, juntando que "o sucesso do anteprojecto ora em debate, assim como de qualquer outra lei, depen-



legal é de difícil implementação com vista a impulsionar a mu-

de da disponibilidade de recursos para a sua implementação".

"Al Shaabab" moçambicano matou pelo menos 90 cidadãos em 1 ano de terrorismo na província de Cabo Delgado

O comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) revelou que o "Al Shaabab" moçambicano assassinou pelo menos 90 moçambicanos e destruiu 1.605 habitações desde 5 de Outubro de 2017, no entanto garantiu que "as Forças de Defesa e Segurança estão a controlar o grupo de malfeitores".

Texto: Adérito Caldeira

Falando a jornalistas em Maputo, à margem das celebrações de Dia da Paz, Bernardino Rafael disse que: "Desde o 5 de Outubro até neste momento as Forças de Defesa e Segurança estão a trabalhar arduamente para a reposição da ordem e segurança pública naquela região".

"Estamos desde lá a destruir alguns acampamentos dos malfeitores, as Forças de Defesa e Segurança já desativaram os acampamentos de Nameia, Xitolo e Xingalola. Este último acampamento era tido como grande, onde os malfeitores se subdividiram em pequenos grupos e são esses pequenos grupos que estão a criar alterações da ordem e segurança pública nos pontos referenciados", detalhou.

De acordo com o comandante-geral da PRM para além das "desactivações" dos acampamentos as autoridades detiveram pelo menos 280 malfeitores, dos quais 189 começaram a julgados.

Na quarta-feira (03) iniciaram na província de Cabo Delgado os julgamentos em massa de 152 moçambicanos, 26 tanzanianos e três cidadãos somalis, dentre eles 42 mulheres, detidos por pertencerem ao "Al Shabaab" moçambicano e são acusados de homicídio qualificado, porte de arma proibida, associação para delinquir, crime contra a organização do Estado e ainda a instigação a desobediência colectiva.

Bernardino Rafael revelou também que: "Os malfeitores, até neste momento, causaram a morte de 90 cidadãos moçambicanos, feriram 67 moçambicanos e destruíram um total 1.605 casas em aldeias da província de Cabo Delgado".

Esta situação de aparente controlo contrasta com o apelo feito pelo Presidente Filipe Nyusi que, discursando no passado dia 25 na plenária da 73ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, afirmou que no combate contra o "Al Shabaab" moçambicano "contamos com a colaboração de todos por se tratar de um crime hediondo, de carácter global que envolve nacionais e não nacionais e ainda sem rostos e nem argumentos, e com tendência a alastrar-se para outros países vizinhos".

Moçambique pronto para retomar amortizações das dívidas ilegais se os credores aceitarem reestruturação

O ministro da Economia e Finanças revelou nesta terça-feira (02) que a proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2019 está preparada para acomodar o reinício das amortizações das dívidas ilegais caso os credores aceitem a reestruturação que está a ser negociada.

Texto: Adérito Caldeira

Num encontro inédito com jornalistas para apresentar e debater a proposta de OE que foi submetida à Assembleia da República o ministro Adriano Maleiane anunciou que os assessores legais e financeiros do Governo, os advogados Lazard Frères e White & Case, estão em Maputo, nesta terça (02) e quarta-feira (03), para prepararem contrapropostas às respostas dos credores das empresas Proindicus, EMATUM e MAM à proposta que o Executivo de Filipe Nyusi apresentou em Londres, em Março passado, para a reestruturação das amortizações das dívidas ilegais suspensas desde o início de 2017.

“Nós dissemos aos credores é que podiam apresentar contrapropostas mas no fim, o produto líquido devia se encaixar nestes termos porque nós temos que cumprir pelo menos um dos rácios do serviço da dívida por receitas totais”, esclareceu Maleiane.



Na primeira vez que falou abertamente com jornalistas sobre as negociações em curso para a reestruturação destas dívidas de mais de 2 bilhões de dólares norte-americanos contraídas pelo Executivo de Armando Guebuza violando a Constituição da República e leis orçamentais Adriano

	2017 CGE	2018 LEI	2019 PROP.
Em Milhões de MT			
Encargos da Dívida	18,019.6	33,195.2	35,000.0
Juros Internos	9,055.4	19,774.2	24,000.0
Juros Externos	8,964.2	13,421.0	11,000.0
Em % do PIB			
Encargos da Dívida	2.2%	3.3%	3.4%
Juros Internos	1.1%	2.0%	2.4%
Juros Externo	1.1%	1.4%	1.1%

Maleiane bem tentou explicar os modelos de amortização que estão a ser analisados mas reconheceu que: “São instrumentos, exóticos, híbridos que nós estamos a discutir e a ideia é que qualquer modelo tem que ser fácil para explicar as pessoas e também para gerir”.

Proindicus e da MAM, os restantes credores têm estado a negociar os assessores legais e financeiros do Governo.

Questionado se nos encargos com a Dívida Pública, que na proposta de OE para 2019 estão cifrados em 35 bilhões de metacais, está inscrito algum valor para a retoma das amortizações das dívidas externas ilegais Adriano Maleiane disse que não, no entanto havendo acordo com os credores que inclua um perdão de 50 por cento dos juros em atraso a lei orçamental permite retomar o pagamentos dentro das contingências previstas na reserva global, contundo sem piorar a sustentabilidade da Dívida Pública.

Entretanto o governante precisou que o alcance de um acordo com os credores não significará a retoma automática das amortizações. Existe uma fase subsequente que passa por “organizar o processo para ir a Procuradoria-Geral da República, depois o Tribunal Administrativo e depois naturalmente o Conselho de Ministros” para que as novas Garantias do Estado sejam emitidas ao abrigo do Decreto 77/2017.

Vantagens competitivas: Zambianos vão incrementar uso do Corredor da Beira

Para promover, discutir e, conseqüentemente, concertar posições sobre um vasto leque de assuntos relacionados com o Corredor da Beira, na província de Sofala, a concessionária dos Terminais de Contentores e de Carga Geral do Porto da Beira, Cornelder de Moçambique S.A. (CdM), e seus parceiros, estiveram reunidos, numa conferência, recentemente realizada em Lusaka, na capital da Zâmbia.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O evento contou com a participação de cerca de 250 delegados, dos quais 40 representantes de instituições e entidades públicas moçambicanas, das áreas tributária, transportes de diversas linhas de navegação, agentes transitários, transportadores, entre outros.

Durante o encontro fez-se uma abordagem e discussão sobre aspectos relacionados com os mais recentes desenvolvimentos do Corredor logístico da Beira e, igualmente, ultrapassados constrangimentos, através do contacto presencial e directo, propiciado pela conferência, bem como o reforço e o estabelecimento de parcerias com empresas e instituições daquele país vizinho.

A secretária permanente da Indústria e Comércio da Zâmbia, Kayula Siame, que presidiu à conferência, disse, na ocasião, que o governo zambiano está, neste momento, a considerar a utilização mais regular do Corredor da Beira como uma rota alternativa acessível para o Oceano Índico, dado que se verifica o uso mais frequente até agora do corredor norte através de Nakonde.

No entanto, conforme admitiu aquela governante, há necessidade de se explorar melhor o Corredor da Beira, baseado no facto de ser, indubitavelmente, o trajecto que se revela mais curto e menos dispendioso para as operações logísticas do seu país, aspecto que representa uma vantagem competitiva para os operadores do sistema da região centro de Moçambique.

Na sua apresentação, Kayula Siame sustentou ser necessário que a Zâmbia aumente as suas exportações para que possa reduzir, significativamente, o défice na balança de pagamentos.

“O governo zambiano pretende acelerar a facilitação do comércio e já trabalhou na criação de um projecto de lei de administração de fronteiras para facilitar o comércio que visa na sua essência harmonizar as agências na fronteira para evitar a duplicação de trabalho”, frisou.

Por seu turno, Jan de Vries, administrador delegado da Cornelder de Moçambique, fez uma avaliação positiva do evento, destacando o facto de a empresa ter tido a oportunidade de angariar novos clientes para o corredor logístico da Beira, para além de ter colhido contribuições sobre como melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores.



Importa referir que esta foi a segunda edição da iniciativa “Beira Corridor”, tendo a primeira edição sido realizada no mês de Agosto do corrente ano na República do Zimbábue, especificamente na cidade de Harare onde se concentraram mais de 200 participantes.

Mundo

Passagem do tufão Trami pelo Japão deixa 2 mortos, 2 desaparecidos e 170 feridos

Pelo menos duas pessoas morreram nas últimas horas no Japão, duas encontram-se desaparecidas e cerca de 170 ficaram feridas pela passagem do tufão Trami, que hoje se afastava do nordeste do país já rebaixado à categoria de sistema de baixa pressão.

Texto: Agências

O tufão, o número 24 da actual temporada no Pacífico, chegou ao oeste do Japão por volta das 20.00 hora local de domingo (11.00 GMT) e começou a castigar a capital perto da meia-noite, com chuva e fortes ventos.

Na manhã de segunda-feira, no entanto, Tóquio amanheceu ensolarada e o tufão já se estava a afastar para o nordeste do Japão, em direcção ao Pacífico, com uma velocidade de 95 quilómetros por hora (km/h), ventos de até 126 km/h e sequên-

cias de até 180 km/h, segundo dados da Agência Meteorológica do Japão (JMA).

Às 12.50 hora local (03.50 GMT) o sistema encontrava-se sobre o oceano a uns 200 quilómetros ao leste da cidade portuária de Nemuro, na ilha setentrional de Hokkaido.

De acordo com dados reunidos pela agência local Kyodo e a emissora pública NHK, um camionista pereceu na cidade ocidental de Tottori devido a um

derrubamento e um homem apareceu afogado num rio de Yamanashi, ao oeste de Tóquio.

Também está desaparecida uma mulher de 67 anos que foi arrastada por um canal de irrigação em Miyazaki, no sudoeste do país, assim como um segurança de 46 anos da cidade de Koka, na província de Shiga, no centro do arquipélago.

O tufão obrigou a cancelar mais de mil voos em todo o país no fim de semana, e para esta segunda-

-feira estão cancelados outros 249 voos, segundo os últimos números recolhidos pela NHK.

O aeroporto internacional de Kansai, na cidade de Osaka, o terceiro com maior tráfego aéreo no Japão, interrompeu o seu serviço no domingo e hoje estava a recuperar a sua atividade. Cerca de 1,3 milhões de casas permaneciam sem provisão eléctrica esta manhã devido a danos na rede em todo o país, entre elas umas 410.000 em Tóquio e zonas próximas, informou a NHK.

O tufão obrigou a suspender o tráfego de comboios em algumas redes ferroviárias em pontos distintos do país e dos arredores de Tóquio, e ao longo da manhã de segunda-feira os serviços afetados estavam a recuperar o seu ritmo.

Até às 13.00 hora local (04.00 GMT) ainda continuavam vigentes ordens e recomendações de evacuação para 700 pessoas, depois de na véspera estas tenham afectado mais de 3,8 milhões de residentes em 23 das 47 províncias do arquipélago japonês.

Nyusi anuncia início da desmilitarização da Renamo; Ossufo ameaça usar “rangers” para evitar fraude nas Autarquicas

O Presidente Filipe Nyusi anunciou que o processo de desmilitarização, desmobilização e reintegração dos homens armados do partido Renamo inicia no sábado (06). Entretanto Ossufo Momade ameaçou usar esses seus “rangers” para evitar o “enchimento de urnas e anular os votos da Renamo” na eleição agendada para próximo dia 10 de Outubro em 53 municípios.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

Discursando na manhã desta quinta-feira (04), durante as comemorações dos 26 anos da assinatura do primeiro Acordo Geral de Paz entre o partido Renamo e o Governo do partido Frelimo o Chefe de Estado anunciou que: “iremos lançar no próximo sábado, dia 6 de Outubro, o início efectivo do processo de desmilitarização, desmobilização e reintegração”.

“Até sábado já se encontrarão no território nacional todos os peritos solicitados para testemunhar o processo provenientes da Tanzânia, do Zimbábue, dos Estados Unidos da América, da Suíça, da Alemanha, da Noruega, Irlanda e Índia e a eles se juntará o General Javier Aquino, da República da Argentina, que irá liderar o grupo” acrescentou o Presidente Nyusi.

De 58 anos de idade o General argentino indicado por consenso, entre o Presidente da República e o coordenador da comissão política da Renamo, tem muita experiência em processos similares. Foi observador militar na missão da ONU para o Iraque e Kuwait em 1993 e chefiou a missão das Nações Unidas na Colômbia, em 2016, supervisionando o desarmamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, a guerrilha mais antiga da América Latina, desmobilizada e transformada em partido político.

Mas este avanço crucial no processo de paz poderá sofrer um revés em função do decurso das



eleições Autárquicas agendadas para próximo dia 10 de Outubro em 53 municípios do nosso país.

“Lamentamos profundamente o facto desta campanha (eleitoral) à semelhança das anteriores ser caracterizada por violência substancial por destruição de materiais de propaganda, intimidação, espancamento e até baleamentos de membros e simpatizantes de partidos da oposição, sobretudo da Renamo, sob olhar cúmplice das autoridades policiais” começou por declarar disse Ossufo Momade.

Numa declaração telefónica, nesta quarta-feira (04), a partir da Serra da Gorongosa o líder interino do partido Renamo indicou o baleamento de um membro do seu partido na cidade de Tete por um alto responsável provincial do partido Frelimo e

os espancamentos protagonizados por membros do partido no poder a simpatizantes da oposição na cidade de Xai-Xai como “barbaridades” que levaram os nossos membros e simpatizantes da “perdição” a solicitar que a direcção do partido “ordene os rangers para intervirem em sua defesa já que a polícia nada faz”.

Ossufo Momade alertou ainda que: “Temos igualmente conhecimento que estão sendo preparados grupos das Forças de Defesa e Segurança para junto das mesas de votação criarem distúrbios e por forma a facilitarem o enchimento de urnas e anular os votos da Renamo(...) Se a Frelimo não der ordens aos seus camaradas para pararem com este plano não teremos outra alternativa senão ordenarmos aos nossos rangers para frustrarem essa intenção”.

IDE vai crescer em 2019 com início dos investimentos do gás natural em Moçambique

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique que tem vindo a reduzir desde 2014, e cifrou-se em irrisórios 1,2 bilião de dólares em 2017 poderá crescer para 5,7 biliões de dólares norte-americanos em 2019 de acordo com a perspectiva do Governo de Filipe Nyusi que conta com significativos investimentos no sector de gás e petróleo.

Texto: Adérito Caldeira

	2017	2018	2019	2019
	Real	LEI	Prev.	PROP.
PIB nominal (Milhões MT)	804,463	991,655	921,742	1,021,028
Taxa de Crescimento real (%)	3,7	5,3	4,1	4,7
Taxa de Inflação média anual (%)	15,1	11,9	6,8	6,5
REL (Meses de Cobertura de Importação)	7,8	7,8	6,0	6,0
Exportações (Milhões de USD)	4,725	4,122	4,122	5,160
Investimento Directo Estrangeiro (Milhões de USD)	3,271	2,85	2,85	5,760
População (Milhões de Hab)	27,129	27,844	27,844	28,571

Fonte: INE/MEF 2018

O nosso país que já foi um dos três principais destinos de capitais privados externos na África Subsariana, tendo recebido IDE de 6,1 biliões de dólares norte-americanos no ano de 2013, viu esses fluxos reduzirem para 4,9 biliões em 2014, 3,8 biliões em 2015, 3 biliões em 2016 até quedarem-se em 1,2 bilião no ano passado.

Para 2018 as projecções do Executivo de Nyusi indicam que Investimento Directo Estrangeiro deverá ficar-se pelos 2,8 biliões de dólares norte-americanos porém a expectativa é que mais do que duplique no próximo ano para 5,7 biliões de dólares, de acordo com a proposta de Orçamento de Estado para 2019 recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros.

O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, declarou que esta crescimento do IDE está relacionado com o início dos investimentos dos projectos de gás natural na Bacia do Rovuma porém alerta que: “O gás vai ser a fonte de financiamento, com as receitas que vamos ter podemos criar linhas de crédito para o desenvolvimento mas não podemos ficar a espera do gás”.

“Eu costumo dizer que daqui há uns 10 anos o ministro das Finanças de então há começar a pensar mas esta sociedade andou aí mal por causa de 1,4 bilião (de dólares norte-americanos, em alusão aos empréstimos ilegais das empresas Proindicus e MAM), era porque isso”, brincou Maleiane acrescentando que “Nós agora estamos a criar as condições para que isso aconteça”.

Nobel de Física premia mulher pela primeira vez em 55 anos

A canadiana Donna Strickland tornou-se nesta terça-feira apenas a terceira mulher a ganhar um Prémio Nobel de Física, ao ser premiada ao lado de dois cientistas por avanços na tecnologia de laser que transformaram feixes de luz em ferramentas de precisão.

Texto: Agências

Strickland, da Universidade de Waterloo, junta-se a Marie Curie, ganhadora em 1903, e a Maria Goeppert-Mayer, em 1963, como as três únicas vencedoras do Nobel de Física.

“Obviamente, precisamos celebrar mulheres físicas porque nós estamos por aí e, com esperança, isso começará a avançar em um ritmo mais rápido a tempo”, disse Strickland em conferência de imprensa por telefone, logo após descobrir que havia ganho o prémio.

A canadiana dividiu metade do prémio equivalente a 1 milhão de dólares com o francês Gerard Mourou, que também tem cidadania norte-americana, por seu trabalho com lasers de alta intensidade, enquanto o norte-

-americano Arthur Ashkin, dos Laboratórios Bell dos Estados Unidos, ficou com a outra metade do prémio por inventar pinças ópticas.

O prémios Nobel têm sido, por muito tempo, dominados por cientistas homens, principalmente no campo da física. Strickland é a primeira mulher homenageada pelo Nobel em todas as áreas em três anos.

A Academia Real Sueca de Ciências disse no ano passado que tentará estimular mais ativamente a indicação de pesquisadoras para começar a lidar com a desigualdade.

A vitória de Strickland aconteceu um dia depois que a Orga-



nização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern) suspendeu o cientista italiano Alessandro Strumia por dizer durante seminário na última semana que a física foi “inventada e construída por homens”.

Jim Al-Khalili, professor de física teórica da Universidade de Surrey, no Reino Unido, disse no Twitter que é “delicioso” que Strickland tenha ganho o Nobel dias depois dos comentários “misóginos” de Strumia.

Mundo

Macron aceita demissão de Collomb e perde terceiro ministro num mês

O Presidente francês, Emmanuel Macron, aceitou a demissão do seu ministro do Interior, Gérard Collomb, depois de o ter rejeitado no início da semana.

Texto: Agências

Collomb, de 71 anos e antigo dirigente do Partido Socialista, foi um dos primeiros apoiantes de Macron. No entanto, no início da semana revelou ao jornal Le Figaro que tinha apresentado a sua demissão para se poder candidatar à câmara de Lyon, a sua cidade natal.

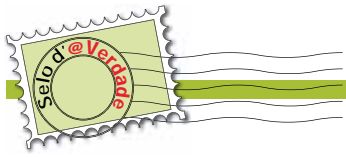
“O povo francês e o povo de Lyon necessitam de clareza, por isso mantenho a minha oferta de resignação”, disse na segunda-feira. Porém, estes pedidos foram sendo rejeitados por Macron.

De acordo com a imprensa francesa, a relação entre o ministro do Interior e o Presidente há muito que não vivia dias fáceis tendo-se deteriorado com o caso de Alexandre Benalla, segurança de Macron que foi filmado a agredir violentamente um manifestante nas manifestações do 1º de Maio.

Nesta terça-feira à noite, Macron aceitou então a demissão do seu ministro. O primeiro-ministro, Edouard Philippe, que cancelou uma visita à África do Sul, vai acumular para já a pasta do Interior enquanto não se encontra um substituto.

Os comentários de Collomb durante os últimos dias foram vistos como um desafio à autoridade de Macron.

Nas últimas semanas Collomb já tinha feito algumas críticas públicas a Macron, falando da “falta de humildade” do Presidente. “Muito poucos de nós consegue ainda falar [com Macron]”, disse o ex-ministro, segundo cita a comunicação social francesa, num almoço com um pequeno grupo de jornalistas há um mês. “Em breve ele vai ter de me deixar de aturar. Mas se todos nos curvamos perante ele, ele vai acabar isolado.”



Precisamos de um baptismo nacional

Por este meio, sob divino suporte e inspiração, venho contribuir para o debate e reflexão sobre a criminalidade violenta em Moçambique, com um enfoque particular sobre os assassinatos sem rosto que se tornaram quase um elemento identitário da Ordem e Segurança nacionais. Adicionalmente, proponho, para Moçambique, um novo rumo, um novo paradigma para que saíamos das trevas para a luz do desenvolvimento. Eis uma nova utopia para Moçambique.

Caras Moçambicanas! Caros Moçambicanos!

Desde a chegada da armada de Vasco da Gama a Costa Moçambicana em Março de 1498, inicia-se um longo percurso de um verdadeiro calvário para os povos que habitavam o território que hoje se chama Moçambique. Iniciou-se com uma guerra de ocupação e dominação colonial estrangeira; um longo percurso de escravatura com deportações para São tome, Brasil e outros cantos do Mundo.

O Chibalo, ou trabalho forçado, durante o império colonial Português em Moçambique, teve consequências terrivelmente cruéis não só a nível físico, mas, e sobretudo, em algo que marcou profundamente o nosso País e África, na Educação, sendo considerado como uma das principais causas do subdesenvolvimento de África e de Moçambique no contexto actual do Mundo contemporâneo. Esta é uma das teses defendidas pelo Professor Miguel Jerónimo na sua obra "Livros brancos, almas negras".

O Trabalho forçado só veio a ser abolido oficialmente no início da década 60, na mesma altura em que o Império começou, tardia e vagarosamente, a tentar remediar o atraso profundo no sector de educação dos povos de Moçambique. Isto é, passados cerca de 500 anos, depois de ter acostado em Moçambique a armada de Vasco da Gama é que começa o primeiro vento brando e frouxo de educação do nosso povo. Quer dizer durante quase meio século o Moçambicano era visto apenas como instrumento para exploração económica, um simples objecto, um acéfalo, desprovido de cérebro, muito próximo dos primatas do período das grutas, em fim, incapaz de ser sujeito da sua própria história.

Na década 30, com o Estado

Novo, intensificou a opressão sobre os Moçambicanos e iniciaram os movimentos de consciência nacionalista e que buscavam corrigir um erro de 500 anos de brutalização do Homem Moçambicano, da opressão, da radicalização, discriminação, dos assassinatos indiscriminados e extra judiciais.

Alcançada a independência em 1975, não tardou que o País voltasse a resvalar numa guerra entre irmãos cujo saldo foram mais de 1 Milhão de Mortos e outras centenas de Milhares de deslocados e votados a miséria, ao atraso, ao subdesenvolvimento profundo e truculento.

Caras Moçambicanas! Caros Moçambicanos!

Hoje, passados mais de meio século de opressão, de colonialismo, de guerra civil, nos sofisticamos um pouco mais para uma instabilidade político-militar, esquadrões da morte, assassinatos encomendados, raptos, sequestros, intolerância política, perseguição e eliminação de adversários políticos, mas o substrato permanece intacto, a grande marca de Lúcifer e dos seus agentes das trevas: matar, roubar e destruir.

E é a isto que nos tornamos especialistas em matar, em roubar e em destruir. Hoje um Parlamento de 250 deputados, na presença do Governo da sua nação, da comunidade internacional, dos parceiros, continuamos a reproduzir o triste espectáculo de acusações mútuas e diversificadas, de julgar e condenar de forma extra judicial, quando na verdade, as grandes questões nacionais como a Estratégia e Política para a potencialmente florescente indústria de gás e petróleo, enquanto nos acusamos, a Ministra do sector está em Tóquio, no Japão, a apresentar o Plano de Desenvolvimento da área 1 da Anadarko e o Plano de Reassentamento do nosso povo mas em território estrangeiro e sem mínima consulta e debate no Parlamento nacional, tal e qual as dividas ditas ocultas foram arquitectadas nos mercados financeiros internacionais sem que o mais prestigiado órgão de soberania nacional sequer tivesse conhecimento.

Compatriotas!

Enquanto se procuram culpados e discutimos as nossas diferenças primárias, a caravana passa e viramos um espaço e

espetáculo circense dos nossos parceiros económicos e financeiros que olham para nós como se fossemos uma fonte de diversão semelhante as apostas de luta de galos.

Caros Moçambicanos!

É chegada a altura de se revirar a história desta nação, de sairmos da ignorância quase patológica dos nossos próprios problemas e desafios; da ignorância epilética sobre a definição das nossas prioridades para o futuro deste País. É chegada a hora de dizer basta ao legado de brutalidade intelectual a que fomos votados ao longo da história, é chegada o momento de um verdadeiro baptismo nacional, para que nasçamos de novo e nos tornemos verdadeiros sujeitos da nossa própria história e não como marionetes, manequins, robôs e espantalhos no concerto das nações.

É chegada o momento e a oportunidade histórica única, soberana e preciosa de deixarmos um legado de esperança aos nossos filhos, netos e a posteridade. É chegada o momento de uma reconciliação genuína, transversal e alargada dos nossos corações. Se o nosso quadro legal exige a declaração dos rendimentos lícitos, então irmãos criemos o quadro para declaração de rendimentos ilícitos também, criemos uma amnistia generalidade aos outros sectores como a área empresarial, económica, financeira e porque não, criminal também.

Elejamos um período de catarise, de Baptismo Nacional, em que os que mataram, confessem os seus crimes e que tenham as penas comutadas; os que desviaram fundos públicos, cometeram crimes económicos e financeiros, confessem seus crimes, devolvam ao Estado o património contaminado e amaldiçoado por esse pecado para que seja purificado e abençoado para ser aplicado no desenvolvimento e reconstrução do País.

É chegada a hora de declararmos um período de transição para que os que estão nas trevas venham a luz. Elejamos um Procurador Nacional Independente e uma Comissão Nacional de Verdade, Reconciliação e Purificação, onde serão resgatados os criminosos e prevaricadores contra a Economia Nacional, contra as finanças públicas, contra a ordem e segurança nacionais. Todo Povo e

Todo País precisa de uma Lei de Amnistia Nacional Geral. Precisa, o nosso País, de uma Agenda Nacional de Resgate Financeiro, Económico, Social e, sobretudo, de um resgate e restituição de valores nacionalistas, morais e éticos; uma Agenda em que a defesa do interesse Nacional se torne um Sacerdócio, uma Agenda supra partidária, supra sectorial, supra ideológica.

É imperioso para que de facto nos tornemos um País uno, indivisível e próspero, que os privilégios do "perdão parlamentar" aos Políticos que cometeram crimes contra a Soberania também sejam estendidos aos empresários que lesaram a Economia, as finanças públicas; aos titulares de órgãos públicos que cometeram crimes de lesa-pátria; aos funcionários públicos que cometeram desvio de fundos, para que se possam penitenciar, confessar e pedir perdão a Nação, devolvendo todo património e activos constituídos com estas actividades criminosas. Creio que o fundo resultante deste Plano Nacional Perdão poderia dispensar a humilhante mão estendida do Governo ao FMI, alavancar a nova Indústria têxtil, de castanha de cajú, do camarão e tantas outras que já foram fonte de orgulho nacional e das melhores referências a nível mundial.

Precisamos de um New deal – de um Acordo de Restauração Patriótica – em que os lesaram a economia, os fundos públicos, o património nacional, os que cometeram crimes contra a segurança, estejam no mesmo pátamar. Precisamos de um período transitório, um período de suspensão do julgamento e da acusação, um período Baptismal, purificador, em que os fundos e património de Moçambicanos no exterior, seja voluntariamente repatriados e integrados num novo Fundo de Resgate e Restauração Nacional.

Só assim poderemos ascender a possibilidade de sair do buraco negro da ignorância, do debate frívolo e banal e iniciarmos uma nova era rumo a sermos os sujeitos da nossa própria história e a um novo Pacto Nacional de Paz e Estabilidade. Este é o pressuposto básico para que os recursos a nossa disposição sejam verdadeiramente uma bênção e nos tornemos nos próximos 20 anos a Suíça da África Austral.

Por Venâncio Mondlane

Pergunta à Tina...

Olá, mana! Sou um jovem, entanto que curioso e tendente a experimentar comportamentos sexuais radicais. Durante todo o último semestre, mantive relações sexuais com minha parceira durante o período de menstruação, muitas vezes sem protecção, mesmo escorrendo líquidos diversos em sua vagina. Entretanto, conscientizei-me recentemente que isto me poderia proporcionar ITS, tendo evitado a prática há dois meses... de lá até cá, não noto nenhum sintoma de contracção de ITS (como gonorreia e sífilis) que, tendo, rapidamente notaria sua manifestação (que leva no mínimo a surgir em duas semanas, como soube de amigos!!!)

Posso ainda apresentar problemas devido ao tempo que permaneci tendo relações sexuais nas condições referidas? Devo ter contraído ITS que estejam momentaneamente ocultas? Obrigado. Conrado

Olá, Conrado, parece que já identifique o problema: de facto, é frequente que as Infecções de Transmissão Sexual (ITS) estejam ocultas. A infecção está lá, mas não causa nenhuns sintomas, nem dá sinais, e portanto a pessoa nem se apercebe.

Qualquer relação sem protecção é potencialmente perigosa. E, claro que com muito maior risco, se for durante o fluxo menstrual. Portanto, se a tua parceira já tinha uma ITS, incluindo o HIV, a probabilidade de tu apanhares essa infecção é elevada.

O meu conselho é que vocês os dois façam os exames de laboratório necessários para identificar todas as possíveis ITS, incluindo o HIV.

Devem ambos cumprir os tratamentos receitados. Se não o fizerem, correm o risco de se infectar de novo.

Devem também começar a criar o hábito de usar sempre o preservativo na prática do sexo penetrativo.

Na hora do sexo, eu e meu parceiro percebemos um tipo de líquido, porém estávamos com camisinha, eu acredito que seja meu. Minha menstruação está atrasada, creio que seja pelo facto de eu ter tomado a pílula do dia seguinte no dia que eu menstruei. Outra vez aconteceu, bem molhado, usamos camisinha.

Notei que essas duas últimas vezes, fiquei bem excitada e posso ter atingido o orgasmo, porém não tenho certeza. Tem algum risco de gravidez?

Essa última vez foi ontem, seria melhor eu tomar a pílula do dia seguinte?

Fiz até um teste caseiro, com urina e vinagre que dizem ser bem eficiente e conforme os resultados, creio que não estou grávida. Vou concluir com o teste da farmácia, para ter certeza. Vitória

Acho bem, o melhor mesmo é fazer o teste da farmácia, mas por favor, querida Vitória, tens que entender que a pílula do dia seguinte não é para tomar como quem toma Paracetamol.

A pílula do dia seguinte deve ser sempre um último recurso.

Antes disso, tens de preocupar-te em evitar apanhar Infecções de Transmissão Sexual (ITS) e evitar gravidezes indesejadas. O preservativo oferece dupla protecção, pois evita ITS e a gravidez.

Não vais querer continuar o resto da vida a correr atrás da pílula do dia seguinte, pois não? Boa sorte!

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis. As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.


Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O preço da emissão ou renovação de uma carta de condução biométrica em Moçambique vai ser agravado em 500 por cento. O @Verdade apurou que já esta semana outros serviços prestados pelo INATTER também serão alvo de aumentos exorbitantes como a emissão de livrete, que passa a custar 1.850 meticais, ou os exames de condução que será taxado em 2.185 meticais.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/66989>



Narciso Tune Que o façam. Ja estamos habituados a viver nessas condições em que os preços são agravados como se o povo fosse o maior culpado pelas dívidas e a crise financeira. O salário, que devia registar algum aumento anualmente não "cresce". Contudo, os preços dos produtos e serviços básicos "crescem" mensalmente a velocidade de uma bala. Estas medidas já não são de coragem mas sim de suicídio. Nyandayeyoooo... · 1 dia(s)

Celia Marina Cruz Xipaaa onde vamos parar???? vão obrigar a gente conduzir sem carta mais uma corrupção promovida.VIVA FRELIMO · 1 dia(s)

Gulamo Mussa Celia Marina Cruz frelixooooo · 1 dia(s)

Nelson Sinai Chauca Por favor, saibam que este éo mesmo Governo que esta a fazer campanha eleitoral com falsas promessas · 1 dia(s)

Andre Fumo O Andrezinho O dia em k o Moçambicano aperceber se do real significado da expresao "o povo é que manda" isto tudo pode mudar. Continuem a votar na camaradagem... · 1 dia(s)

Leonardo Muchanga Estou muito zangado com esta informação este governo nunca ajudou em nada sobretudo as necessidades do povo numa altura em que se verifica ou se avizinha eleições autarquicas que estatística de possibilidades não tem muita

chance para este regime, que o mesmo só assim e somente pode ter sucesso via fraudelenta e falta de psicologia e sociologia dos acontecimentos q o povo esta a passar · 1 dia(s)

Silva Limeme Limeme Estamos mal irmão todos cervicos do estado estam caro, shissa · 1 dia(s)

Euclidio Cossa Eu só tenho a dizer que cada povo tem o seu governante que o merece, porque esse governante está ali é porque o povo o colocou. · 5 h

Chenkov Pereira Eu sinceramente acho que os preços não estao maus e deviam ter sido revistos a muito tempo. Agora o que o Estado tem que fazer é mexer com o sector privado que paga salários míseros aos seus colaboradores. Se os salários fossem bons ninguém estaria a reclamar. Mesmo o preço do combustivel não esta mau, o que esta mau são os salários que não chegam para custear essas despesas. · 1 dia(s)

Samuel Joao Moreira Macanguisse Tams mal tams a pagar dividas k outros fizeram Nada podems fazer quanto a isso greve pasifica e respondida com violencia por nossa policia · 1 dia(s)

Silvino Gouveia Este governo está desesperado, por isso toma decisões inconcebíveis, que lesam a camada mais vulnerável: o "povo". · 1 dia(s)

Kino Florentino Silva Isso acontecerá se o moçambicano permitir,aliás como o moçambicano tem medo de exigir o seu direito. · 1 dia(s)

Eugénio Agostinho Agostinho Pensam que com estas subidas irao resolver o problema da dividas que maltratam o povo para pagalas? Responsabilizem os culpados que estam por ai ainda a gasta-lo, ladrões de patos são julgados de segunda a sexta e os que mergulharam o pais na miséria andam por ai de lado pra outro. O povo um dia cansará. · 1 dia(s)

Bsegues Mondon Nunca haverá uma sentença justa se ladrões continuarem a governar o país. Eles são uma rede. Mesmo que se instaure um processo disciplinar contra eles só será para enganar o povo e vamos continuar a chupar pelos erros deles. Mesmo o inferno não é assim. · 15 h

Euclidio Cossa Afonso Guilaze, Gilberto Nhandumbo, Mário Chipenembe, cada povo tem o seu governante · 5 h

Rogério Massave Rogério Veronica tu diz q isso tava colado nas portas principais da inaterr, e voltaram a remover para q tú vai lhes votar e depois vão agir sobre o assunto. · 1 dia(s)

Hoji Papucides Tao loucos dia 10 falamos · 1 dia(s)

Noor Cabir Txuna Maputo é isso? Kkkk · 1 dia(s)

Macamo Eugénio Macamo Este é o mesmo governo que pede voto ao povo · 1 dia(s)

Aderito Eduardo Votamos bem dia 10 desse mês. Não falha

nada · 1 dia(s)

Gulamo Mussa Dia 10 vamos mostrar quem manda, tirar os tiranos do poder · 1 dia(s)

Vitor Santos So tem uma maneira de evitar isso · 1 dia(s)

Gulamo Mussa Vitor Santos dia 10 tirar os tiranos do poder · 1 dia(s)

Máines Assinde Essa informação não é verdadeira · 1 dia(s)

Bertino Angelo Bento Macamo Estamos muito mal neste país. · 1 dia(s)

Mario Albano Definitivamente fomos abandonado. · 1 dia(s)

Samuel Miranda O Deus eatá de olhos vigiando talvez seja p vosso bhaí-bhai · 2 h

Titos Jacinto R. Patia Desta vez é sim. · 1 dia(s)

Zalero Ernesto Saene É verdade isso? · 2 h

Emanuel Arnaldo Zeca Camacho Jr. BRO esses nao desmentiam isso? Aires Edson Reezzy · 1 dia(s)

Aires Edson Reezzy Estão malucos esses · 18 h

Emanuel Arnaldo Zeca Camacho Jr. ESTAMOS FRITOS · 17 h

Isildo Joao Vicente Pesado de 15000 para 20000 ta mal isso · 13 h

Emanuel Arnaldo Zeca Camacho Jr. E nem sentem vergonha · 8 h

Lizele Isaque Isaque Tax male mesmo · 1 dia(s)

Makiss Makiss Mesmo assim vão votar... · 3 h

Francisco Ernesto Francisco O seu voto decide · 1 dia(s)

Veronica Simbine Nao é verdade isso · 1 dia(s)

Will Delcizy É verdade sim · 1 dia(s)

Veronica Simbine Will Delcizy Vocês acreditam em cada mentira, tenho acesso a jornal noticia e nao ha nada disso · 1 dia(s)

Nelson Pacule ISSO JA ESTA UMA MERDA · 4 h

Nkuna Owen Phaniel You are too soft · 1 dia(s)

Jorge Zibia Precisams de mudancas · 1 dia(s)

Calege Junior Mentir é pecado. · 1 dia(s)

Manuel Matola Suborno aumenta, mantém ou desce? · 1 dia(s)

Arlindo Mazuze Onde é que se formou? · 1 dia(s)

Armino Zandamela Nova Jerusalém HI · 1 dia(s)

Felisberto Ricardo Chirindza E ainda vamos votar neles ??? · 1 dia(s)

Alberto Agostinho Nguandissa Este país é uma merda · 1 dia(s)

Vino Sergio O problema do governo e pensar que Maputo e mocambique · 1 dia(s)

Pedro João Buruma Quando entra em vigor? · 1 dia(s)

Sociedade

Formados especialistas em Comunicação Estratégica para a Saúde

Um total de 14 formandos concluiu, recentemente, em Maputo, a formação em "Liderança em Comunicação Estratégica para a Saúde", implementada pela Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE) e o Centro de Excelência em Comunicação para a Saúde (CECS), realizada no âmbito do projecto Rumos.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

O curso, que decorreu de 17 a 28 do mês de Setembro, no Centro de Excelência em Comunicação para a Saúde, da Escola Superior de Altos Estudos e Negócios (ESAEN), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, tinha como objectivo fortalecer conhecimentos e habilidades dos gestores de programas para a saúde em Moçambique.

Para tal, foram usadas as mais recentes teorias e abordagens sobre o desenvolvimento e estratégias de comunicação, que constituiu uma oportunidade para melhorar habilidades e conhecimentos para a mudança social e de comportamentos.

Patrick Devos, representante da Johns Hopkins University, disse que o centro é especializado em trazer conhecimentos científicos e que usa psicologias e abordagens que podem ajudar a mudar comportamentos e atitudes de pessoas nas

áreas de saúde em Moçambique.

"Em Moçambique, através da nossa organização, Rumos, concorremos para um concurso lançado pela USAID que tem financiamento próprio e vencemos, dando origem a este projecto, que teve o seu início no ano passado com um orçamento de 10 milhões de dólares norte americanos, e que vai ter uma duração de 4 anos", disse Patrick Devos.

No decurso da sua intervenção o representante da Johns Hopkins University concluiu encorajando aos participantes para que usem os conhecimentos adquiridos nas suas áreas de trabalho e de actuação, porque na verdade trata-se de um curso participativo e advertiu que é apenas

o início e gostava de ver desenvolvidos os conceitos partilhados durante as duas semanas de formação, de forma a que o país possa

ver os índices quer de HIV/Sida ou da Malária reduzidos.

A directora executiva da Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE), Rosânia da Silva, agradeceu a parceria



que já dura há vários anos e através da qual tem sido possível desenvolver várias actividades em diversas vertentes, assim como enalteceu o apoio do Ministério da Saúde, que constituiu um reconhecimento do esforço que tem sido feito para a promoção da liderança em comunicação para a saúde.

"Nós estamos de portas abertas para a formação e quem sabe nos próximos anos, o número de participantes, isto é de formandos, cresça e que estes possam pôr em prática os conhecimentos adquiridos e fico ainda na expectativa de ver a mudança de comportamentos no país, nesta área", frisou Rosânia da Silva.

Stela Banze, uma das participantes

na formação, disse que leva consigo vários conhecimentos que serão aplicados com mais-valia no seu sector, visto que as patologias que têm tirado muitas vidas, são o HIV/Sida e a Malária.

"Aprendi muito neste curso de capacitação que vai levar a minha carreira profissional a outros patamares, onde nós como formandos, devemos-nos colocar no lugar de audiência para que através disto possamos elaborar estratégias para o alcance dos objectivos almeçados", disse Stela Banze.

Importa realçar que a formação, destinada a estudantes, gestores, técnicos seniores e médios de programas de comunicação para a saúde e programas de desenvolvimento, visa fortalecer os conhecimentos e habilidades dos gestores de programas de comunicação para a saúde em Moçambique.

Activista egípcia que denunciou caso de assédio condenada a dois anos de prisão

Amal Fathy é atriz e activista. Em Maio, publicou um vídeo no Facebook onde denunciou a sua experiência enquanto vítima de assédio sexual. Foi condenada pela justiça egípcia a dois anos de prisão e ao pagamento de uma multa, por "espalhar notícias falsas" com o objectivo de prejudicar o Estado, detalhou a sua advogada à Agence France-Presse (AFP), que irá contestar a decisão.

Texto: Público de Portugal

No vídeo publicado em Maio pela activista, Fathy, de 33 anos, relatou um episódio de assédio que terá acontecido quando se deslocou para ser atendida no seu banco. Contou o sucedido na rede social e criticou o Governo por "falhar no seu papel de protecção de mulheres". Dois dias depois da publicação, as forças de segurança egípcias invadiram a sua casa. Amal Fathy foi detida juntamente com o marido e com o filho de três anos. O marido, Mohamed Lotf, e o filho foram libertados horas mais tarde, mas Fathy continuou presa.

O Governo acusa-a de estar "espalhar notícias falsas como objectivo de prejudicar o Estado egípcio" e de possuir "material indecente". Por cada acusação recebeu um ano de prisão.

Amal Fathy activista na defesa de direitos humanos já tinha denunciado episódios de detenções arbitrarias de activistas e defensores de direitos humanos, conta a organização não-governamental Amnistia Internacional. Já estava, aliás, alvo de acusações por parte do Governo que a acusa de "pertencer a um grupo terrorista".

Para além da pena de prisão, Amal Fathy terá de responder a uma multa de aproximadamente 10 mil libras egípcias (o equivalente a 482 euros). No Egipto, o salário mensal médio é de 2,9 mil libras egípcias (aproximadamente 133 euros). Para que a pena seja suspensa, Fathy terá de pagar 20 mil libras egípcias.

O marido de Fathy, Mohamed Lo-

fty, que integra a Comissão Egípcia de Direitos e Liberdade foi impedido de entrar no tribunal durante a leitura da sentença. "A sentença é uma mensagem para todos os abusadores: a mensagem de que são livres de assediar e abusar sexualmente alguém sem medo de vir a sofrer qualquer punição. Para as vítimas, a mensagem é de que se falarem irão parar à prisão", afirmou Lofty.

"Este é um caso intolerável de injustiça, em que uma sobrevivente é condenada enquanto o abusador permanece solto", apontou um dos membros da Amnistia Internacional, Najia Bunaim. "Ela não é uma delinvente, e não deveria ser punida por sua coragem", cita a AFP.

Também no mesmo mês, uma turista libanesa publicou um vídeo que relatava o constante assédio sexual de que foi vítima enquanto estava no Cairo. Foi detida pelas forças de segurança do Egipto no aeroporto do Cairo e condenada a oito anos de prisão sob a acusação de "espalhar rumores para fragilizar a sociedade [egípcia] e atacar a religião", conta o Wall Street Journal no início deste mês.

A sentença foi reduzida por um ano e posteriormente suspensa. Foi deportada para o Líbano este mês.

O assédio no Egipto

Esta não é a primeira vez que o Egipto condena mulheres que denunciam episódios de violação de direitos humanos, entre os quais

constam frequentes queixas de assédio e abuso sexual.

De acordo com relatório de 2013 da Organização das Nações Unidas, cerca de 99% das mulheres egípcias dizem que já foram vítimas de alguma forma de assédio sexual.

Um relatório mais recente, datado a 2015, acrescentava que, em média, todos os anos, 2,5 milhões de mulheres são assediadas nas ruas e vítimas de abuso sexual no Egipto. Os abusos acontecem também nas escolas. Todos os anos, pelo menos 16 mil raparigas são vítimas destes abusos — que podem ir até à violação, lê-se nas conclusões do relatório.

Na amostra recolhida, 82,6% das egípcias afirmam que não se sentem seguras nas ruas e há ainda mais mulheres a sentirem-se inseguras nos transportes públicos (86,5%). As estudantes são das mais expostas (94,2% das estudantes consultadas já foram vítimas). Seguem-se as trabalhadoras (54,2%), as domésticas (39,6%) e as turistas (11,2%).

O assédio sexual foi considerado crime no Egipto em 2014, mas o Governo contesta os números citados pelas organizações de direitos humanos. Em 2017, numa entrevista a um jornal local, a presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Egipto, Maya Morsy, defendia que apenas 9,6% das mulheres tinham sido assediadas sexualmente.

as duas manifestações se cruzassem.

Também a 11 de Setembro, Dia Nacional da Catalunha, milhares de catalães foram para as ruas pedindo um novo referendo e a libertação dos "presos políticos", acusados de "rebelião e desvio de fundos" após o referendo.

Um ano depois do referendo impedido pela força policial, começam a surgir reflexões do que aconteceu: "As pessoas que foram votar sabiam que começávamos uma era com muitas incertezas", afirmou na manhã desta segunda à rádio RAC1 Carles Puigdemont, que era líder da Generalitat na altura do referendo. "Os grandes êxitos do país conseguem-se com duas atitudes: união máxima e compromisso cívico. Estes dois ingredientes estavam presentes faz agora um ano", acrescentou.

Um ano depois do referendo, manifestações bloqueiam estradas na Catalunha

Um ano depois do referendo pela independência na Catalunha (considerado ilegal por Madrid), as manifestações voltaram à rua e estão a bloquear nesta segunda-feira auto-estradas, linhas de comboio e avenidas em vários pontos da região, incluindo Girona e Barcelona. Centenas de activistas independentistas ocuparam as vias rodoviárias e a linha dos comboios AVE (Alta Velocidad Española), enquanto a polícia tentava evitar a entrada de mais manifestantes nas estações.

Texto: Público de Portugal

Várias das manifestações foram convocadas pelos chamados CDR (Comités de Defesa da República) e contam também com a participação de associações estudantis. Na delegação da Generalitat – governo autonómico da Catalunha –, os manifestantes içaram uma bandeira catalã, deitando a bandeira espanhola por terra.

"A linha de comboios de alta velocidade foi bloqueada em Girona, 100 quilómetros a nordeste de Barcelona", anunciou a companhia espanhola de comboios, Renfe. A empresa responsável pelas vias rodoviárias também confirmou cortes de várias auto-estradas, entre elas as que ligam a capital catalã a Valência e a Madrid.

Há mais acções de protesto previs-

tas para o resto do dia. Os manifestantes pedem que a sua vontade seja reconhecida, exigindo a criação de uma República independente e a libertação dos "presos políticos".

Já no sábado a cidade de Barcelona tinha sido palco de confrontos entre independentistas catalães e elementos da polícia – os Mossos d'Esquadra tinham sido mobilizados para o centro da cidade para evitar que os cerca de seis mil manifestantes se aproximassem de uma outra concentração, organizada pelo sindicato policial Jusapol, que celebrou a actuação das autoridades no dia em que os catalães tentaram levar a cabo um referendo para a secessão de Espanha. A contramanifestação acabou por ser travada pelos agentes policiais, que formaram um cordão de segurança para impedir que

Sociedade

Descobertas revelações do ténis em escolas primárias

Tiveram lugar, no sábado, 29 de Setembro, em Maputo, os torneios intraescolares de ténis, envolvendo alunos de seis escolas primárias dos municípios de Maputo e Matola, no âmbito do projecto de massificação desta modalidade promovido pelo Standard Bank, em parceria com a Federação Moçambicana de Ténis.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Os torneios intraescolares consistiram na realização de jogos para o apuramento dos melhores alunos, em cada unidade educacional, que vão disputar uma prova entre as seis escolas primárias envolvidas no projecto, nomeadamente a EPC de Lhangue Centro, EPC Minkadjuine, EPC Bagamoyo-Matola, EPC de Wiriyamu, Escola Primária Amilcar Cabral e a Escola Primária Lhangue Piloto.

A tenista Laura Nhavene, que assiste tecnicamente a formação dos alunos da Escola Primária Completa de Minkadjuine, disse, a propósito, que constitui uma honra partilhar a sua experiência com as crianças, na perspectiva da descoberta de novos talentos.

"Estamos a introduzir o ténis pela primeira vez nas escolas em Moçambique e as crianças mostram-se muito entusiasmadas e dispostas a aprender. Constatei, na Escola Primária Completa de Minkadjuine, a existência de alunos com um grande potencial para se tornarem em grandes tenistas no futuro", afirmou.

Estas crianças, conforme realçou, nunca tiveram a oportunidade de praticar ténis e nem sequer conheciam o ténis como desporto: "Com a implementação deste projecto de massificação nas escolas, vislumbra-se uma grande conquista para o desenvolvimento da modalidade no País", disse, ajuntando que o seu sonho é ver o ténis no currículo escolar", frisou.

Anastácia Macome, directora da Escola Primária de Minkadjuine, explicou, a propósito que o ténis constitui uma modalidade nova para a escola.

"As crianças aderiram massivamente a esta iniciativa do banco e estão agora diante de uma grande oportunidade para mostrar o seu talento, após semanas de aprendizagem e treinos", indicou Anastácia Macome, para depois explicar que a integração do projecto na escola foi efectuada de modo a não interferir com o processo normal de leccionação das aulas.

Com 10 anos de idade, Anderson do Inácio é uma das crianças que aderiu ao projecto na Escola Primária Amilcar Cabral. A criança contou que nunca tinha ouvido falar de ténis: "Quando o professor nos chamou tudo parecia estranho, mas agora aprendi a bater a bola para a direita, esquerda e a fazer o serviço", disse.

Importa realçar que o projecto de massificação do ténis foi lançado, formalmente, no dia 21 de Agosto, na Escola Primária Completa Wiriyamu, no distrito municipal KaMubukwana, em Maputo, tendo o Standard Bank oferecido a cada uma das escolas envolvidas raquetes, redes e bolas de ténis.

Ferrovári da Beira e Costa do Sol tentam salvar a época na final da Taça de Moçambique

O Ferrovári da Beira, que eliminou a Liga Desportiva de Maputo por 3 a 1, e o Costa do Sol, que suplantou o Maxaquene por 5 a 2, vão enfrentar-se na final da Taça de Moçambique em futebol tentando salvar uma época má no Moçambola.

Texto: Adérito Caldeira

Ainda lutar pela manutenção no campeonato nacional de futebol a equipa treinada por Rogério Gonçalves que trazia um empate a 1 bola do jogo da 1ª mão disputado no "Chiveve" e entrou ao ataque neste sábado (29) no relvado dos "muçulmanos" na Matola.

Antes dos anfitriões conseguirem criar perigo Babo, na recarga de uma jogada confusa na área da Liga, abriu o placar, decorria o minuto 20.

Cerca de 2 minutos depois Dayo garantiu a presença na final da segunda mais importante prova de futebol em Moçambique, pela 6ª ocasião na sua história, depois de receber um passe longo do seu meio campo, deixou a defesa da Liga para trás e com o pé esquerdo atirou para o canto mais

longe do guarda-redes anfitrião.

"Hat-trick" de Chawa coloca Costa do Sol na 16ª final da Taça

Detentores da Taça mas também a precisarem de salvar uma desastrosa temporada no nacional de futebol o Costa do Sol entrou para o relvado do estádio nacional do Zimpeto, que será o palco da final no 2º fim-de-semana de Novembro, para confirmar a sua presença em mais uma final da Taça, trazendo uma vantagem de 2 a 1 da 1ª mão da meia-final.

Com "missil" disparado com o pé direito, do meio do meio campo, Chawa abriu o placar na partida disputada neste domingo (30).

O Maxaquene, também a pre-

cisar de salvar mais uma má época no Moçambola, deu luta e empatou por Mutong que à passagem do minuto 22 esticou-se para emendar para o fundo das malhas um cruzamento da direita.

Mas no minuto 37 o avançado malawiano dos "canarinhos" bisou, mergulhando e cabeceando um bom centro sem chances para o guarda-redes Zacarias.

Os "tricolores" continuaram a tentar reduzir a desvantagem mas Chawa estava numa tarde memorável e sentenciou o apuramento para a final 16ª final da Taça de Moçambique depois de grande trabalho de Nelson que deixou para trás dois defensores, fintou o guarda-redes e serviu o companheiro que não perdoou.

Mundo

Adultério descriminalizado na Índia: "O marido não é dono da esposa"

O Supremo Tribunal da Índia declarou esta quinta-feira que a lei da era vitoriana que punia um homem por ter relações sexuais com uma mulher casada deixou de estar em vigor, por ser "inconstitucional e discriminatória" para mulheres.

Texto: Público de Portugal

A secção 497 do Código Penal, em vigor há 158 anos, estabelecia que qualquer homem que tivesse relações sexuais com uma mulher casada sem permissão do marido dela estava a cometer adultério e podia ser acusado. Caso fosse condenado, estava sujeito a uma pena de prisão de até cinco anos, a pagar uma multa, ou ambas as coisas.

Os cinco juizes do Supremo encarregados do caso concordaram por unanimidade que a lei era "arcaica, arbitrária e inconstitucional".

Segundo o juiz Dhananjaya Chandrachud, citado pela BBC, a lei "perpetuava a subordinação da mulher, negava dignidade, autonomia sexual, e baseava-se em estereótipos de género", já que a mulher não podia ser responsabilizada, porque o homem é considerado o "sedutor". Mas se o seu marido cometesse adultério contra si, a mulher nada podia fazer.

No veredicto desta quinta-feira, o juiz presidente Dipak Misra disse que, embora possa levantar questões civis, como o divórcio, o adultério não pode "ser uma ofensa criminal". "O marido não é dono da esposa. As mulheres têm de ser tratadas com igualdade", acrescentou.

Também a juíza Indu Malhotra revelou estar céptica em como "uma relação consensual entre dois adultos, que seria uma disputa matrimonial, seria um crime contra a sociedade", segundo o jornal indiano Live Law.

O juiz Chandrachud foi mais longe:

"A mulher tem autonomia sexual dentro do casamento. A sociedade impõe-lhe virtudes impossíveis, pondo-a num pedestal, confinando-a a determinados espaços. Trata-a como um objecto e diz que deve ser pura, mas não hesita em violá-la, abusar dela, discriminá-la e cometer feticídio feminino."

"A sociedade tem dois códigos morais distintos para julgar homens e mulheres", acrescentou.

O Governo indiano (conservador hindu), que já tinha resistido a este cenário três outras vezes, mostrou o seu descontentamento perante a revisão da lei, ao dizer que a sua anulação vai ter "um impacto negativo na santidade do casamento e na sociedade", segundo o jornal The Indian Express. Sugeriu que a lei fosse adaptada para ser neutra face aos dois sexos. Nesse cenário, o adultério permaneceria um crime, mas puniria homens e mulheres.

"As mulheres não são diferentes dos homens"

A ratificação foi impulsionada depois de um cidadão indiano residente em Itália ter questionado a legalidade da secção 497 do Código Penal. Joseph Shine, empresário de 41 anos, redigiu uma petição de 45 páginas ao Supremo Tribunal para a abolição da lei, que, segundo ele, "discriminava indirectamente as mulheres por supor erradamente que estas são propriedade dos homens".

"Mulheres casadas não são um caso

especial no que toca a acusação de adultério. As mulheres não são de forma alguma diferentes dos homens", diz a petição.

Shine apelava à inconstitucionalidade da lei perante artigos sobre direito à igualdade, que proibem a discriminação de religião, raça, casta, sexo e local de nascimento e que protegem a vida e liberdade pessoal. A secção 198 era também alvo de escrutínio, já que permitia ao marido vítima de adultério apresentar queixa, mas não o contrário.

Ainda que não existam dados quanto ao número de homens condenados por adultério, o advogado de Shine, Kaleeswaram Raj, declarou à BBC que a lei era "frequentemente usada de forma indevida" em cenários de divórcio e de disputas matrimoniais.

"Os homens apresentavam queixa contra outros homens, que diziam estar a cometer adultério com as suas esposas. Estas acusações nunca eram provadas, mas manchavam a reputação das mulheres", disse Raj.

A presidente da Comissão Nacional para as Mulheres na Índia, Rekha Sharma, celebrou a alteração da lei, que "devia ter sido abolida há muito". "Apesar de os britânicos já se terem livrado dela, nós ainda estamos presos à lei", disse, segundo o The Guardian. O veredicto surge depois da abolição da lei que criminalizava a homossexualidade, também da era colonial e uma das mais antigas do mundo, no início de Setembro - dizia que o sexo entre homossexuais era um "delito antinatural".

Sociedade

Wena Data vence quarta edição do SeedStars

A Wena Data, uma plataforma de pesquisa, é a grande vencedora da quarta edição do SeedStars Maputo, uma competição de startups para mercados emergentes, que se realizou na sexta-feira, 28 de Setembro, na Incubadora de Negócios do Standard Bank.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Trata-se de uma plataforma que faz a colecta de dados (sondagens, inquéritos, entre outros) e disponibiliza-os, posteriormente, às instituições interessadas e que deles necessitem ou dependem para a tomada de decisões.

"Nós disponibilizamos a nossa plataforma (página web e aplicativo), na qual as pessoas se cadastram e participam em sondagens ou inquéritos, contribuindo para o desenvolvimento do País", explicou Luís Fernando, em representação da equipa responsável pela criação da plataforma.

No que diz respeito ao prémio, Luís Fernando, visivelmente emocionado, disse que o mesmo é resultado de muito trabalho, desenvolvido pela sua equipa. "Estou muito feliz, ainda não acredito que vencemos. Vou digerir esta informação quando chegar a casa e partilhá-la com a minha família. Isto é resultado de um trabalho árduo da nossa equipa, à qual dedico este prémio".

Relativamente à competição, Luís Fernando considerou que a mesma constitui um vector de desenvolvimento do País pois as startups participantes apresentaram soluções que podem contribuir para o crescimento socioeconómico de Moçambique.

Como vencedora da quarta edição da competição, a Wena Data vai representar Moçambique na cimeira regional da SeedStars em Novembro, na Tanzânia, e no SeedStars World, em Abril de 2019, na Suíça, onde vai disputar, com startups de todo o mundo, o prémio de meio milhão de dólares norte-americanos.

A quarta edição do SeedStars Maputo, à semelhança das anteriores, contou com o apoio do Standard Bank, que se tem empenhado na criação de um ecossistema sustentável, favorável ao surgimento de potenciais empreendedores e que garanta que estes tenham acesso aos recursos de que necessitam para desenvolver.

Na sua intervenção, Cláudio Banze, director de Tecnologias de Informação e Comunicação do Standard Bank, referiu que esta aposta do banco se deve ao facto de "acreditarmos que as Pequenas e Médias Empresas (PME) e as startups são o veículo apropriado para impulsionar o crescimento de Moçambique".

Por seu turno, Frederico Silva, co-fundador da UX Information Technologies, a empresa embaixadora do SeedStars em Moçambique, realçou a importância desta competição na exposição das startups moçambicanas no mundo.

"É um evento que ajuda as startups a ganharem visibilidade no mercado, para além de constituírem um momento de interação entre os seus criadores, assim como com potenciais investidores, parceiros ou clientes", disse Frederico Silva.

Importa referir que participaram nesta competição um total de nove startups, nomeadamente o M-Xitique, Umbrela, Xiphufu, StartupAfrica News, Huluka, Cotus, Mara Lá, Agro Link e a Wena Data.

Destas, subiram ao pódio a Wena Data (plataforma de pesquisa), a Umbrela (solução de assistência de viaturas na estrada e gestão de apólices de seguros) e a Agro Link (plataforma de conexão da cadeia de valor agrícola), que se posicionaram em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente.